

Corpos-territórios quilombolas e o fio conectado da ancestralidade

entre as agendas de justiça climática e as práticas culturais e comunicacionais

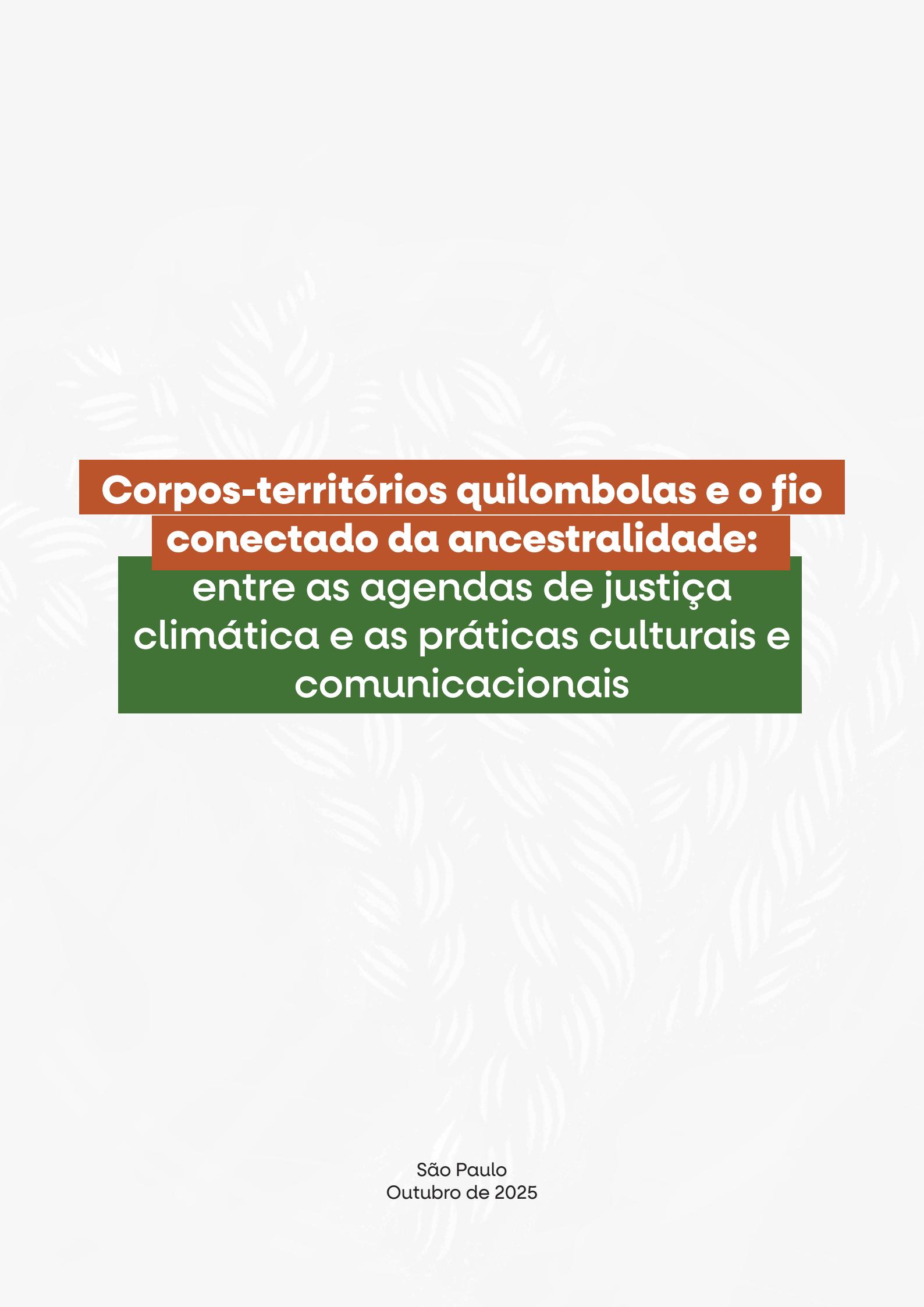


Realização:



Financiamento:





Corpos-territórios quilombolas e o fio conectado da ancestralidade: entre as agendas de justiça climática e as práticas culturais e comunicacionais

São Paulo
Outubro de 2025

Ficha Técnica

Desenvolvimento, execução e análise:



Coordenação Geral: Taís Oliveira

Consultora convidada: Juliane Sousa

Analista de Pesquisa: Vanessa Silva

Analista de Dados: Anicely Santos

Analista de Comunicação: Maria Fernanda Ruas

Assistente de Comunicação: Abraão Filipe Oliveira

Assistente Administrativo: Diego Galofero

Revisão: Hígor Torres

Design e Diagramação: Felipe da Costa Souza

Financiador:



Como citar: Instituto Sumaúma. Corpos-territórios quilombolas e o fio conectado da ancestralidade: entre as agendas de justiça climática e as práticas culturais e comunicacionais. São Paulo, 2025.

O Instituto Sumaúma é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que trabalha na produção e promoção de pesquisa de impacto social.

Somos um centro de formação, documentação e pesquisa e nossa atuação tem como objetivo preparar, formar e possibilitar geração de renda para pessoas negras, indígenas e/ou periféricas.

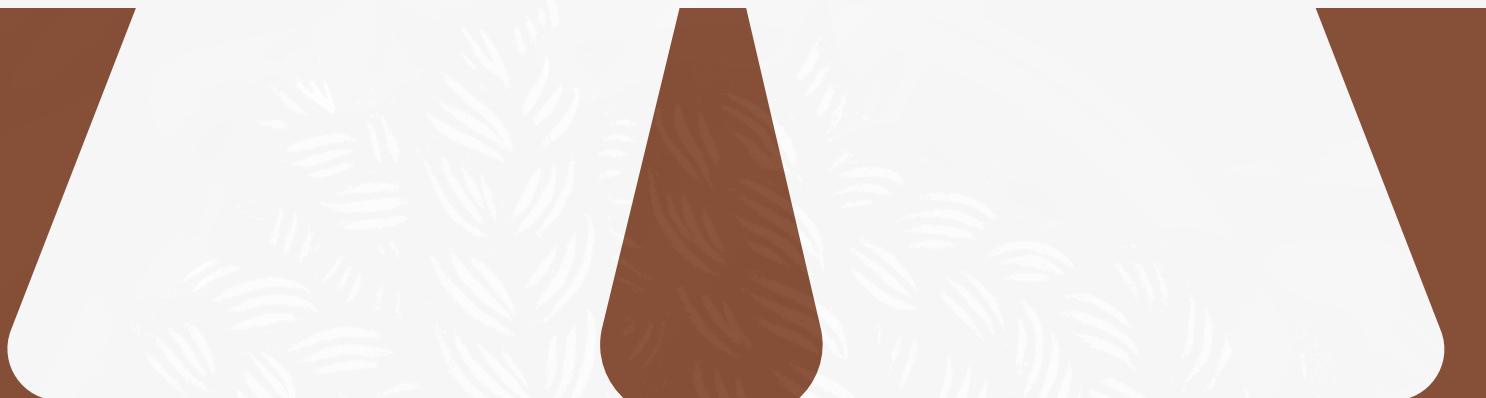
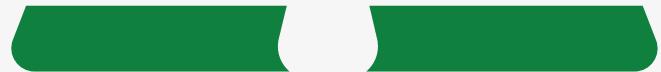
Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa Sumaúma Lab – Laboratório Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade que tem como objetivo realizar investigações nos temas da **Comunicação, Tecnologia, Arte e Educação**.

Saiba mais em:



Visite nosso site





“O quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional. O fato de ter existido como brecha no sistema a que os negros estavam moralmente submetidos projeta a esperança de que instituições semelhantes possam atuar no presente ao lado de várias outras manifestações de reforço à identidade cultural.”



Maria Beatriz Nascimento
Historiadora, professora e ativista afro-brasileira

SUMÁRIO

Apresentação	8
Introdução	11
Metodologia	14
Mapeando práticas culturais e comunicacionais nos meios digitais	16
A cultura e a comunicação como ato político e ancestral	18
• Perfil sociodemográfico	19
• Trajetória pessoal em práticas comunicacionais e culturais	22
• Trajetórias comunitárias em práticas comunicacionais e culturais	27
• Aspectos organizacionais e redes colaborativas	32
Quilombo enquanto sinônimo de futuro: diálogos sobre comunicação ancestral, território e justiça climática	37
Considerações finais	50
Sugestões e recomendações	52
Referências Bibliográficas	54



“...Mesmo que queimem a escrita, não queimarão a oralidade. Mesmo que queimem os símbolos, não queimarão os significados. Mesmo que queimem o nosso povo, não queimarão a ancestralidade.”

Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo)

Líder quilombola, escritor, poeta e professor

O quilombo foi, e continua sendo, um movimento de luta contra a sociedade escravista. Esse entendimento é fundamental para a compreensão histórica da luta quilombola pelos seus territórios protegidos e por justiça climática. Uma trajetória marcada pela busca por liberdade, respeito e dignidade, mas que nos processos históricos do país, a população quilombola passou a ser vista como criminosa e violenta e, portanto, passível de ser atacada e eliminada. Essa construção contribuiu para a invalidação de sua cultura e de seus modos de vida conectados à Natureza.

Nesse sentido, é fundamental ressaltar as reflexões do Mestre Nego Bispo, em “Vivas, vivas!”, no livro Colonização, Quilombos - Modos e Significações: “Já os ditos pagãos são os povos que cultuam os elementos da Natureza, tais como a terra, a água, o ar, o sol e várias outras divindades do universo, as quais chamam de deusas e deuses e, por isso, pertencem às religiões politeístas.” (Santos, 2021, p. 21). Nesse trecho, o professor apresenta como os povos afropindorâmicos (negros e indígenas) eram definidos pelos colonizadores.

Isso evidencia que os valores culturais, a espiritualidade e o modo de estar no mundo da população quilombola têm origem na relação com a Natureza, uma herança que veio na memória dos corpos-territórios de diversos povos do continente Africano, no recente período da colonização europeia neste território.

Aqui, considero importante elucidar o porquê do uso do termo “recente” ao falar desse período. Além de ser recente comparando com outras civilizações,

na que ainda não chegaram nos livros, nos transportamos para o Brasil colonial com a maioria dos territórios quilombolas no Brasil, essa história ainda é muito viva na memória dos mais velhos, que quando os ouvimos compartilhar com os detalhes que ainda não chegaram nos livros, nos transportamos para o Brasil colonial com a sensação do momento presente, por estarmos diante de quem conseguiu escapar.

A relação com a Natureza e os conhecimentos sobre seus elementos não foram adquiridos quando a população africana chegou no continente americano em circunstâncias de violência. Esses valores vieram impregnados nos seus corpos-territórios de África, e aqui, encontraram consonância com os valores culturais e espirituais dos povos originários. Dessa relação nasceram alianças na luta contra a colonização e pela liberdade.

Para Nego Bispo, nesse período, as comunidades representavam uma ameaça ao poder colonial porque se organizavam de forma autônoma, cultuando a Natureza e construindo uma sociedade baseada nos valores da coletividade, onde no mesmo espaço circulavam diferentes faixas etárias, sexos e um número ilimitado de participantes. Essas práticas eram e ainda são fundamentos filosóficos que servem como princípios para a vida em sociedade.

Atualmente, a maioria das comunidades quilombolas seguem na luta pelo direito ao território, sendo a titulação das terras um dos principais temas, porque isso implica em acesso a direitos básicos, como educação, saúde, saneamento, lazer, entre outros. Ainda tem uma longa jornada para a garantia de todos esses direitos. Embora essas organizações existam desde o período colonial, foi apenas em 2022 que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou o Censo Demográfico nos territórios de forma abrangente e sistemática. Esse foi um marco importante para a população quilombola, mesmo com a compreensão de sua incompletude.

Diante de tantos desafios, ouvir as vozes quilombolas é reconhecer a força de uma cultura que nasce da terra, da floresta, do corpo e da coletividade e que, a partir desses valores, se comunica, por meio da oralidade, a sua ancestralidade para as futuras gerações. Para nós, quilombolas, proteger o meio ambiente, cuidar da floresta é manter viva a nossa ancestralidade. Sem nossos territórios titulados e protegidos, não existe vida possível para nós.

Portanto, esta pesquisa Corpos-territórios quilombolas e o fio conectado da ancestralidade: entre as agendas de justiça climática e as práticas culturais e comunicacionais deve contribuir para o fortalecimento da pauta quilombola e o reconhecimento das comunidades e dessa população como um povo que, historicamente, luta por justiça climática por meio dos seus valores culturais.

Todo o nosso saber cultural, o nosso imaginário e o entendimento de mundo foram construídos a partir da relação com plantas, ervas, animais, rios e árvores. Isso significa que, se a floresta estiver ameaçada, como sabemos que está, toda a vida que pertence à ela, incluindo a nossa, também está. Seja em territórios urbanos ou rurais, os nossos saberes nos acompanham, porque o nosso corpo também é território.

Mas, infelizmente, diante dos problemas climáticos globais, observamos uma sistemática invisibilização dos impactos desses desafios nas populações quilombolas, o que resulta na ausência das lideranças em espaços decisórios dos debates climáticos. Se antes, a relação dessas populações com a Natureza era vista como negativa, levando-as a serem violentados por essa conexão, tida como pagã; hoje as populações quilombolas são praticamente esquecidas no debate e precisam buscar estratégias de comunicação para o reconhecimento de sua luta por justiça climática.

Cada vez mais, as práticas culturais e a comunicação ancestral quilombola são vivenciadas de forma estratégica para o fortalecimento da comunidade, da luta, da proteção dos territórios e do reconhecimento de seu protagonismo no debate climático.

Juliane Sousa

Jornalista quilombola e idealizadora da Mídia Quilombola



Em discurso proferido no Senado Federal, durante a reunião da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas com Deficiência e Minorias, em 1987, Lélia Gonzalez, com propósito de contribuir para os pactos da Constituição Federal de 1988, sublinhou a importância da cultura e dos meios de comunicação na sociedade brasileira.

A intelectual considera que a ideologia é veiculada pelos meios de comunicação hegemônicos e que há um sistema de representação, classificação, valorização e de significação que nos remete sempre a uma cultura dominante, resultando na inferiorização da imagem da pessoa negra. Para Lélia (2020), “apesar da contribuição extraordinária que o negro trouxe, vamos perceber que a cultura, a classe e a raça dominantes impõem ao todo desta sociedade uma visão alienada de si” (p. 245).

De modo similar, Abdias Nascimento, em sua obra *O Quilombismo* (2019), afirma que “a luta comum dos povos negros e africanos requer o conhecimento mútuo e uma compreensão recíproca que nos têm sido negados, além de outros motivos, pelas diferentes línguas que o colonizador impôs sobre nós através do monopólio dos meios de comunicação e do seu controle exclusivo dos recursos econômicos, das instituições educativas e culturais. Tudo isso tem permanecido a serviço da manutenção da supremacia racial branca” (p. 26).

A propagação massiva dessa ideologia resultou também em um profundo desconhecimento sobre a história das culturas e civilizações africanas. Para Lélia (2020), esse desconhecimento é uma escolha, “uma escolha que se dá justamente para afirmar uma suposta superioridade do homem branco ocidental” (p. 247). No âmbito comunicacional, Gonzalez considera que há muito trabalho a se fazer, citando a televisão como uma ferramenta de formação, que muitas vezes exerce impacto social mais expressivo que a própria escola.

Hoje, 38 anos depois do discurso de Lélia Gonzalez, ainda há diversas disputas e disparidades no acesso à comunicação e pela valorização das múltiplas culturas que existem no território brasileiro. A televisão ainda é um dos veículos de comunicação mais importantes a nível nacional, mas agora temos outras frentes de disputa, como a internet.

Veremos nas próximas páginas que o acesso à internet foi mencionado em diversos momentos, sobretudo em relação às dificuldades de acesso e uso significativo nas comunidades rurais, refletindo nesta era que ainda há muito trabalho a se fazer.

A visão alienada de si, como trouxe Lélia Gonzalez, representa o silenciamento de outras identidades culturais, de territórios e das lutas travadas por diferentes povos, entre eles, os povos tradicionais. Segundo o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, “Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Empregam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos de geração em geração”.

Os Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil são representados por 28 segmentos e estão presentes em todos os biomas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. Os povos indígenas e quilombolas têm reconhecimento por meio dos artigos 231 da Constituição Federal e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Os Povos Quilombolas são remanescentes de comunidades formadas por pessoas africanas e afrodescendentes, construídas a partir em uma longa trajetória de resistência e preservação de influências culturais que se refletem na forma de organização social, nos costumes, nas manifestações artísticas e religiosas, nas práticas agrícolas e na relação indissociável com a Natureza e o meio ambiente.

Ao discorrer sobre a República de Palmares, Clóvis Moura (2019) considera que: “pela importância que se deu à destruição de Palmares, temos a evidência de que, no bojo da estrutura colonial e escravista que existiu na época, a existência da República de Palmares, a sua vitalidade e desenvolvimento, o seu exemplo de dinamismo econômico e o seu exemplo de relação comunitária e harmoniosa social determinaram a sua extinção. Isso porque, segundo pensamos, era uma alternativa surpreendentemente progressista para a economia e os sistemas de ordenação social da época. Um embrião de nação que foi destruído para que seu exemplo não determinasse uma economia que transcendesse os padrões econômicos e políticos do sistema escravista” (p. 220).

Os quilombos são comunidades exemplares de organização, estratégia, resistência, luta, relação e proteção da Natureza, e também de alegria, festa, comida, fartura, família, respeito e cuidado com as crianças e as pessoas mais velhas. Para Beatriz Nascimento (2018), “justamente por ter sido concretamente durante três séculos uma instituição livre e paralela ao sistema dominante, sua mística passa a alimentar os anseios de liberdade da consciência nacional” (p. 290). Nesse contexto, as práticas culturais e comunicacionais quilombolas são instrumentos de promoção da valorização das múltiplas culturas que existem no território brasileiro e da validação dos direitos desses povos.

Apartir de todas as trocas para o desenvolvimento deste relatório, percebemos que, mesmo em um território continental como o Brasil, os quilombos de todos os biomas se estruturam e se articulam fortemente com base nos ensinamentos do Mestre Nego Bispo (2023): “Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente; a gente passa a ser a gente e outra gente - a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida.” (p. 9).

Que a sabedoria afetivamente compartilhada nos diálogos deste trabalho tenha a força de nos fazer confluir e ampliar a proteção da Natureza, da floresta, das águas, da fauna e da flora. E que saibamos reconhecer e reafirmar que os Povos Quilombolas também são, intrinsecamente, guardiões da floresta.

Apesquisa **Corpos-territórios quilombolas e o fio conectado da ancestralidade: entre as agendas de justiça climática e as práticas culturais e comunicacionais** tem como **objeto de estudo** as práticas culturais e comunicacionais de comunidades quilombolas.

A partir do **problema de pesquisa**: de quais maneiras a população quilombola do Brasil está desenvolvendo e articulando práticas culturais e comunicacionais no contexto das agendas de justiça climática, racial e territorial? - temos como **objetivo geral** mapear, documentar e compartilhar as práticas culturais e comunicacionais da população quilombola que se conectam às agendas de justiça climática, racial e territorial.

objetivos específicos

- Identificar as práticas comunicacionais e culturais desenvolvidas por comunicadores e agentes de cultura das comunidades quilombolas;
- Compreender como as práticas comunicacionais e culturais quilombolas se articulam diante das agendas de justiça climática, racial e territorial;
- Descrever os aspectos organizacionais e de formação das confluências entre comunidades quilombolas;
- Produzir um relatório narrativo sobre as práticas culturais e comunicacionais no contexto das agendas de justiça climática, racial e territorial desenvolvidas por populações quilombolas.

Metodologia

Partindo de um arcabouço teórico-metodológico antirracista e contracolonial, orientado pela valorização dos saberes e práticas da população quilombola, utilizaremos uma abordagem metodológica que combina procedimentos qualitativos e quantitativos.

Na etapa inicial, realizamos um mapeamento dos registros de práticas culturais e comunicacionais presentes nos meios digitais, sobretudo nas plataformas Facebook e Instagram e nos sites das iniciativas. Foram incluídas pessoas e instituições que se identificam como quilombolas, seja em perfis institucionalizados, seja em presenças virtuais autodeclaradas. Os perfis selecionados compartilham informações sobre ações realizadas em seus territórios, configurando-se como um trabalho informativo.

Como segundo método, aplicou-se um questionário on-line, por meio da ferramenta Google Forms, composto por questões discursivas e objetivas, direcionado a agentes de comunicação e cultura, lideranças e membros de comunidades quilombolas. Essa etapa teve como finalidade mapear os perfis sociodemográficos dos respondentes e identificar suas práticas comuni-

cacionais e culturais no âmbito das agendas políticas de justiça climática, racial e territorial.

Partimos do cálculo amostral com base no último Censo Demográfico do IBGE (2022), que registrou 1.330.186 pessoas quilombolas no Brasil, distribuídas em 1.700 municípios, 24 estados e no Distrito Federal. A distribuição por regiões do país se configura da seguinte forma:

- **Nordeste:** **906.337 pessoas quilombolas (68,14%);**
- **Sudeste:** **182.427 (13,71%);**
- **Norte:** **167.311 (12,58%);**
- **Centro-Oeste:** **44.997 (3,38%);**
- **Sul:** **29.114 (2,19%).**

Para determinar o número amostral desta pesquisa, utilizaremos a **fórmula de Cochran**, método estatístico utilizado para calcular o tamanho da amostra necessária em um estudo. A fórmula considera o nível de confiança desejado (90%), elevado ao quadrado, multiplicado pela proporção estimada ($p = 0,5$) e pela proporção da população sem o atributo ($1 - p = 0,5$), dividindo-se o resultado pela margem de erro desejada (5%). Dessa forma, a amostra representativa para a realização deste estudo é de 269 pessoas quilombolas.

Para o objetivo de diálogo especificamente com agentes de comunicação e cultura, utilizamos a mesma lógica de cálculo, partindo de 269 pessoas quilombolas como tamanho de população estatística, considerando o nível de confiança de 90% e uma margem de erro de 10%. Cheg

Posteriormente, foi realizada uma etapa qualitativa a partir de um grupo focal, em formato de videoconferência, com lideranças comunicadoras quilombolas indicados a partir de pesquisa exploratória, de sugestões da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e da consultora quilombola externa Juliane Sousa. Essas entrevistas foram orientadas por um roteiro de questões norteadoras e buscaram aprofundar a análise das metodologias, conceitos e sentidos atribuídos às práticas comunica

cionais, bem como ao número de 55 participantes necessários para esta etapa da pesquisa.

Mapeando práticas culturais e comunicacionais nos meios digitais

A etapa inicial desta pesquisa ocorreu por meio do **mapeamento exploratório de práticas culturais e comunicacionais em meios digitais**, como plataformas de redes sociais (Instagram e Facebook), além de sites e blogs.

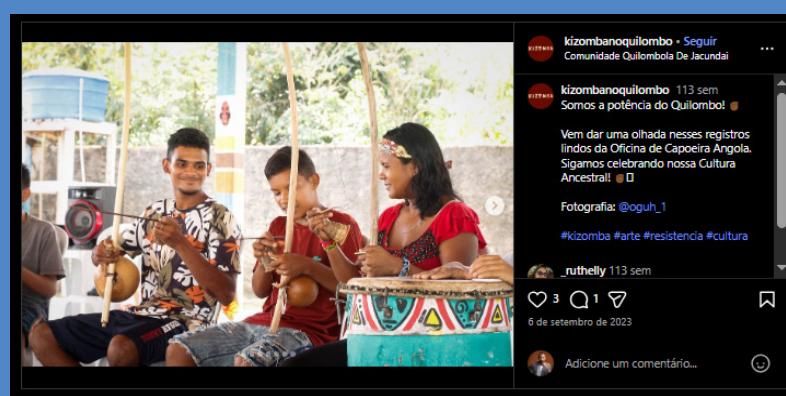
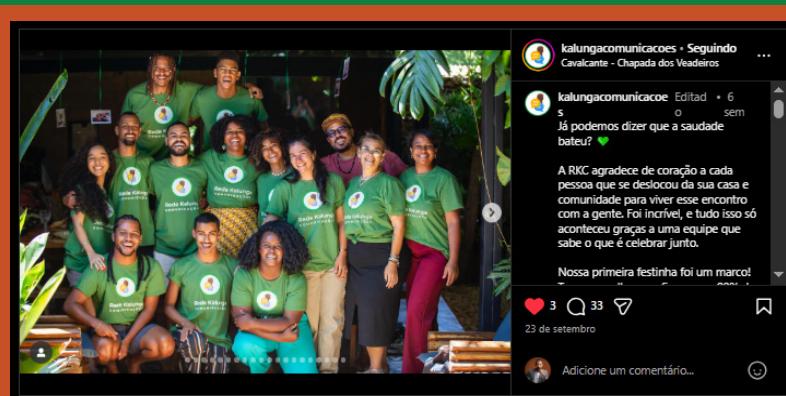
Com busca ativa por meio de palavras-chaves como “quilombo”, “comunicação”, “cultura”, entre outras, foram contempladas práticas culturais e comunicacionais que envolvem produções de conteúdo - incluindo influenciadores, criadores quilombolas, agentes de comunicação comunitária e páginas de registro de memória de coletivos, entre outros.

O mapeamento foi orientado majoritariamente por perfis públicos; quando se tratava de contas privadas, consideraram-se apenas coletivos. Foram incluídas pessoas e instituições que se identificam como quilombolas, tanto em perfis institucionalizados quanto em presenças virtuais autodeclaradas. Esses perfis selecionados compartilham informações sobre ações realizadas em e com seus territórios, configurando-se como um trabalho informacional.

Neste primeiro momento, foram mapeadas mais de 200 iniciativas localizadas em variadas regiões do país. Foram identificadas redes de comunicação e cultura, mídias independentes, influenciadores e produtores de conteúdo, coletivos, associações, lideranças religiosas, artistas, palhaçarias, jornalistas, profissionais da fotografia, do esporte e do lazer, além de perfis voltados às festividades, entre outros.

Este mapeamento não pretende abranger a totalidade dos perfis comunicacionais e culturais incluídos em nosso escopo. Pretende, porém, constituir-se como um instrumento em contínua atualização, uma ferramenta de busca, oportunidade de relacionamento e confluência entre agentes de comunicação e cultura, quilombolas ou não. Posteriormente, essa listagem será disponibilizada em uma plataforma de repositório para acesso livre, contribuindo para a visibilização e o fortalecimento das redes de comunicação e cultura quilombolas.

Posteriormente, esta listagem será disponibilizada em uma plataforma de repositório para acesso livre.



Quando a festa ocorre?

A festa de São Benedito ocorre no mês de maio, em data próxima ao dia 13.

Importante: O dia 13 de maio de 1888 remonta à abolição da escravidão no Brasil e às lutas protagonizadas por vários personagens negros e negras, que culminaram na assinatura da Lei Áurea. Desde então, a data do 13 de maio passou a ser celebrada por livres e libertos em todo o país.



A cultura e a comunicação como ato político e ancestral

O formulário ficou disponível na Internet para o recebimento de respostas entre os dias 08 e 23 de outubro de 2025. No filtro de dados foram mantidas apenas as respostas de pessoas que se identificam como uma pessoa quilombola, considerando o vínculo de pertencimento a uma comunidade quilombola, totalizando 53 respostas válidas. Após concluída a etapa de tratamento dos dados, partimos para análise descritiva e crítica das informações obtidas.

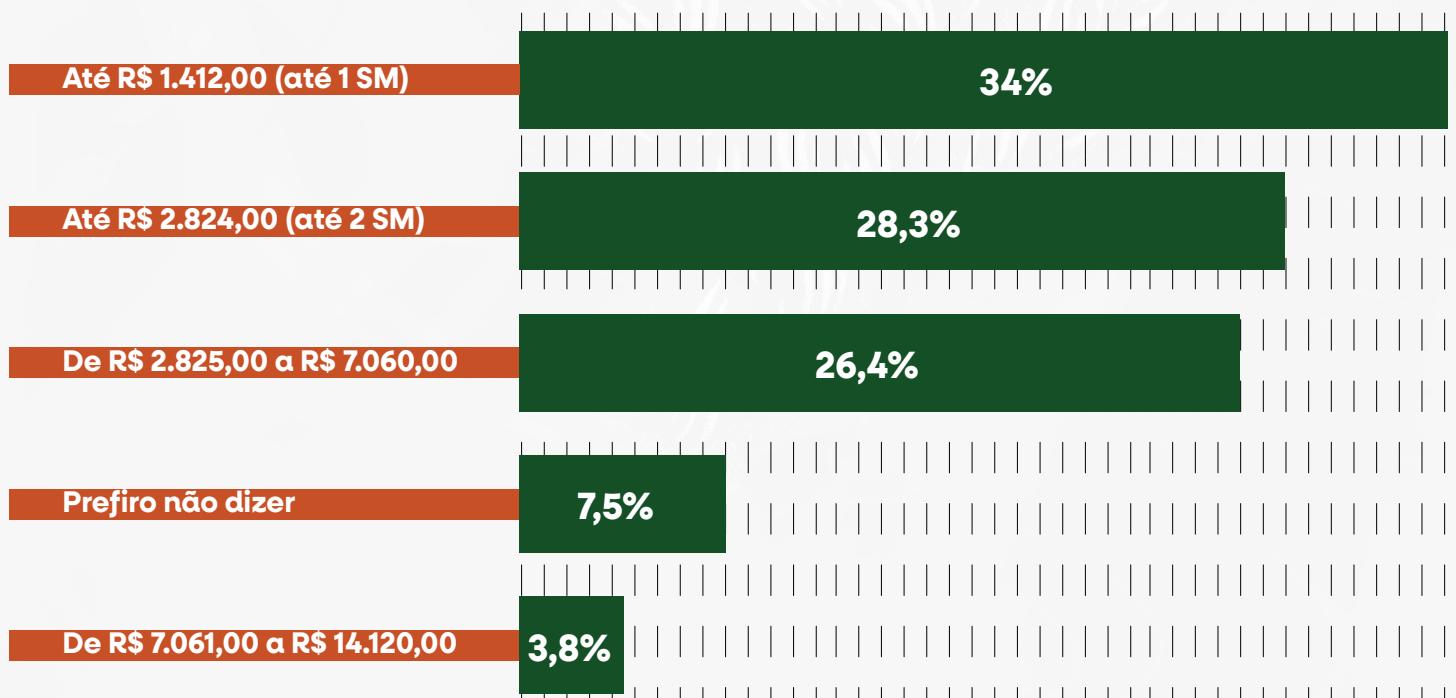
Perfil sociodemográfico

A primeira seção do formulário de pesquisa concentrou-se em compreender o perfil sociodemográfico dos participantes, incluindo perguntas sobre identificação racial e de gênero, faixa etária, escolaridade e classe econômica, estado, cidade, o espaço geográfico de suas respectivas comunidades quilombolas e os desafios ambientais que estas comunidades têm enfrentado.

Entre os 53 participantes desta etapa, 86,8% se identificam como pessoas pretas, 11,3% como pessoas pardas e 2% como pessoas brancas. No que se refere ao gênero, 58,5% são mulheres cisgênero e 41,5% são homens cisgênero.

Quanto à faixa etária, 35,8% dos respondentes estão entre os 30 e 39 anos, 34% entre 18 e 29 anos, 24,5% entre 40 e 49% e 5,7% estão na faixa de 50 a 60 anos. Sobre a escolaridade, a maioria possui superior incompleto (28,3%), seguida de superior completo (24,5%), empatadas, com 13,2%, encontram as escolaridades 1^a a 3^a série do ensino médio e especialização. Quanto à renda mensal familiar, 88% possuem entre 1 (um) e 5 (cinco) salários mínimos, ou seja, entre R\$1.412,00 e R\$7.060,00.

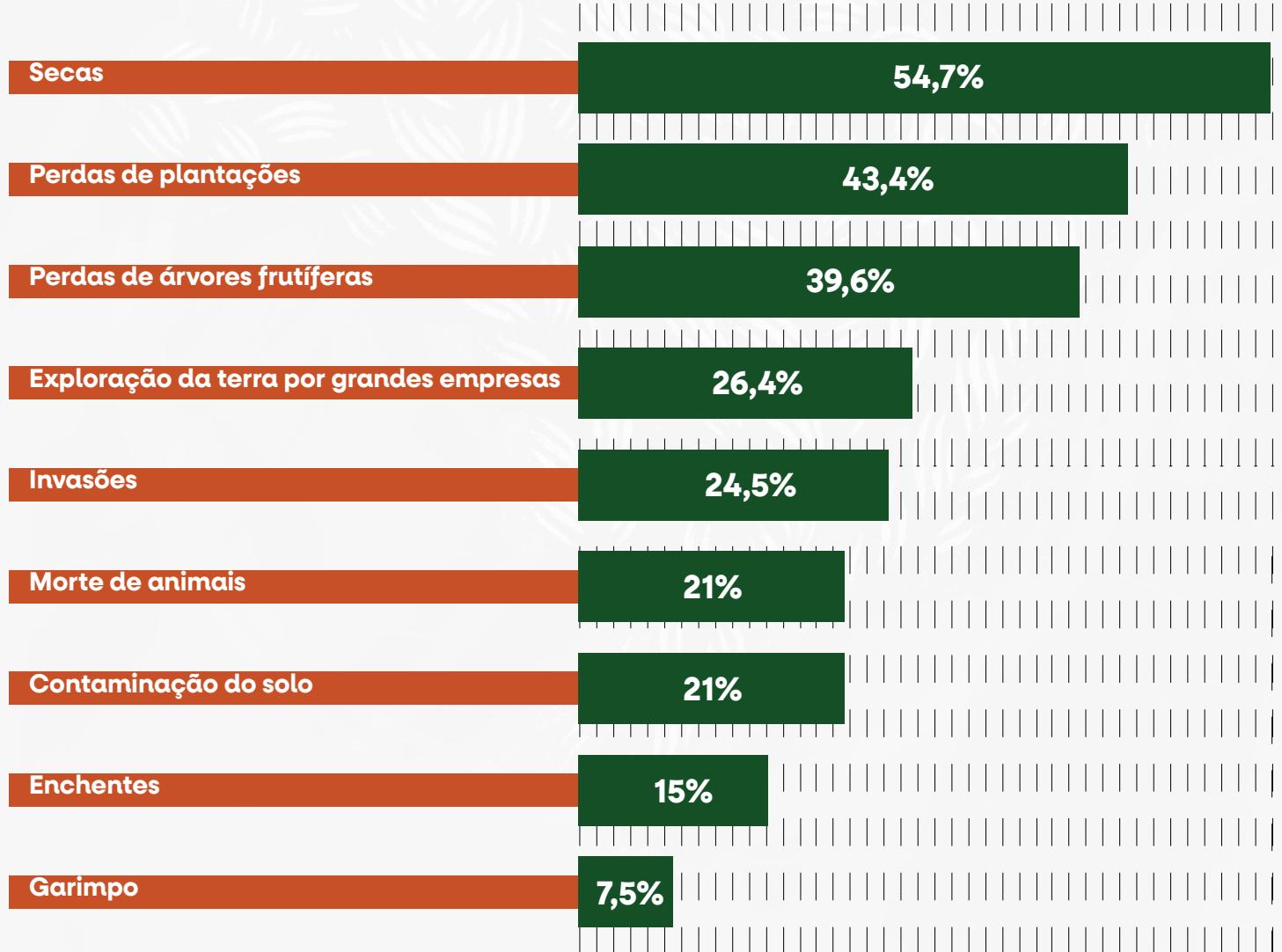
RENDIMENTO FAMILIAR



Fonte: Instituto Sumaúma, 2025.

Em relação à região, 43,4% são do Nordeste e 20,8% do Sudeste, seguidos de Centro-Oeste (17%), Sul (11,3%) e Norte (7,5%). Quanto ao espaço geográfico no qual seu quilombo está situado, 86,8% são quilombos rurais e 13,2% urbanos. Em pergunta com possibilidade de escolher mais de uma opção, perguntou-se quais desafios ambientais as comunidades quilombolas têm enfrentado: 54,7% citam as secas, 43,4% as perdas de plantações, 39,6% as perdas de árvores frutíferas e 35,8% as queimadas. Juntos, a exploração de terras por grandes empresas, as invasões e o garimpo estão presentes em 58,4% das comunidades quilombolas. São citadas, ainda, e empatadas, com 21%, a contaminação do solo e a morte de animais.

DESAFIOS AMBIENTAIS



Fonte: Instituto Sumaúma, 2025

Ao relacionarmos os dados entre os espaços geográficos dos quilombos e os desafios ambientais, notamos que nos quilombos rurais, os principais problemas relatados estão relacionados à secas (19,7%), perda de plantações (15,5%), perda de árvores frutíferas (12%), exploração da terra por grandes empresas (10,6%), queimadas (10,6%), a contaminação do solo (7%) e as invasões (7,7%) aparecem em destaque. Já nos quilombos urbanos, as ameaças ambientais com os maiores índices se concentram em queimadas (17,4%) e perda de árvores frutíferas (17,4%), seguidos por garimpo (8,7%), invasões (8,7%) e morte de animais (8,7%). Além disso, a especulação imobiliária e intrusão urbana (4,3%) aparecem como um desafio particular das comunidades quilombolas situadas em áreas urbanizadas. Esse cruzamento de dados revela que, os quilombos rurais sofrem fortemente os efeitos diretos das mudanças climáticas e do avanço do agronegócio e os quilombos urbanos enfrentam a especulação imobiliária e intrusão urbana. Ambos os contextos compartilham a luta pela preservação e titulação do território, que seguem ameaçados pela lógica predatória.

O documento Política Ambiental: Comunidades Quilombolas do Brasil da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (2025), apresenta levantamento das políticas ambientais brasileiras que impactam diretamente os quilombos. A partir da Constituição Federal de 1988, o documento lista todas as leis, decretos, políticas, normatizações, portarias interministeriais, instruções normativas e programas que se relacionam com a luta pelo direito dos povos quilombolas. Dentre as quais o direito fundamental de preservar suas terras e modos de organização, diretrizes para a formulação de políticas públicas de agricultura e empreendimentos familiares, políticas de desenvolvimento sustentável, regulação fundiária, programas de conservação ambiental e atividades produtivas rurais.

O decreto número 11.1789, por exemplo, reconhece a importância das comunidades quilombolas para a conservação ambiental e procura articular a sustentabilidade ao respeito à cultura e aos modos de vida quilombola. O documento considera que há uma relação intrínseca entre os povos quilombolas com a biodiversidade, a estabilidade climática, a conservação das águas e a resiliência dos biomas brasileiros.

O documento ainda ressalta que, embora tenham ocorrido certas garantias de inclusão dos povos quilombolas nos últimos anos, a efetivação dos direitos sociais e culturais ainda ocorre de maneira lenta e com desafios estruturais. Dentre estes desafios encontra-se a efetiva implementação da consulta prévia, livre e informada – direito previsto na Convenção nº 169 da OIT, um dos mais importantes dispositivos de governança participativa e de autodeterminação coletiva – que tem como premissa assegurar o direito à informação e o protagonismo das comunidades nos processos decisórios.

O desrespeito a este direito tem gerado como consequência a invasão dos territórios quilombolas por grandes empreendimentos como projetos de mineração, agronegócio intensivo, construção de hidrelétricas e grandes obras de infraestrutura. Deste modo, o documento conclui que a intersecção da pauta quilombola e ambiental deve se consolidar como uma política de Estado, como medida de reparação histórica e um imperativo ambiental e civilizatório.

Trajetória pessoal em práticas comunicacionais e culturais

Esta seção teve como objetivo identificar as práticas comunicacionais e culturais desenvolvidas por comunicadores e agentes culturais das comunidades quilombolas e assim responder um dos objetivos específicos da pesquisa.

Dentre os 53 respondentes desta etapa, 81% se consideram comunicadores, 54,7% criadores de conteúdo e 56,6% influenciadores quilombolas. Em relação às respostas que representam dúvidas, 11,3% informam que talvez sejam comunicadores, enquanto 18,9% talvez se considerem criadores de conteúdo e 22,6% talvez se considerem influenciadores quilombolas. Esses dados, relacionados ao perfil sociodemográfico dos participantes, revelam um cenário em que todas as pessoas pardas e brancas que responderam ao questionário afirmaram se considerar comunicadoras. Já em relação à autoidentificação como influenciadores quilombolas e criadores de conteúdo, 55,6% e 56,5% das pessoas pretas participantes, respectivamente, responderam afirmativamente. No recorte de gênero, observa-se que o maior número de respostas positivas está entre os homens nas três categorias analisadas. Por outro lado, o maior índice de respostas incertas (“talvez”) foi registrado entre as mulheres, especificamente na questão sobre ser influenciadora quilombola.

Quanto ao espaço geográfico, os participantes residentes em áreas urbanas foram os que mais se identificaram como comunicadores e criadores de conteúdo, enquanto aqueles que vivem em áreas rurais se destacaram na autoidentificação como influenciadores quilombolas. No que diz respeito à faixa etária, o grupo entre 18 e 39 anos concentra o maior número de pessoas que responderam “sim” às três categorias, enquanto os índices mais elevados de dúvida aparecem entre participantes de 40 a 49 anos. Em relação à escolaridade, as maiores concentrações de respostas positivas encontram-se entre pessoas com ensino superior incompleto e especialização. Por fim, quanto à renda familiar, os maiores índices concentram-se entre participantes com renda de até um salário mínimo, reforçando os dados do perfil sociodemográfico geral, que evidenciam um alto nível de escolaridade associado a baixos rendimentos familiares.

Quando perguntados se os respondentes já participaram de alguma formação ou oficina sobre comunicação popular ou quilombola, 49,1% informaram que não, enquanto 43,4% afirmaram que sim. Em relação aos dados sociodemográficos, 66,7% das pessoas pardas e 41,3% das pessoas pretas que participaram da pesquisa declararam já ter participado dessas formações. O maior índice de respostas negativas foi registrado entre as mulheres (54,8%), e os quilombos urbanos apresentaram os maiores percentuais de ausência em participações em oficinas e formações sobre comunicação popular ou quilombola.

A faixa etária revela que o maior percentual positivo encontra-se entre pessoas de 30 a 39 anos. No recorte de escolaridade, destacam-se as pessoas com ensino superior completo (53,8%) e ensino superior incompleto (53,3%) como as que mais participaram dessas atividades. Quanto à renda, observa-se que a participação é maior entre quem recebe de dois a cinco salários mínimos (64,3%), enquanto pessoas com renda acima de cinco salários mínimos não relataram nenhuma participação nesses espaços.

Entre as pessoas que se consideram comunicadoras, observa-se um equilíbrio entre quem já participou (46,5%) e quem nunca participou (48%) de formações voltadas à comunicação popular. Ainda que os percentuais sejam próximos, o dado indica que quase metade das pessoas comunicadoras não acessou processos formativos sobre comunicação popular ou quilombola. Já entre aquelas que não se consideram comunicadoras, metade nunca participou de nenhuma

formação. No caso das pessoas que se identificam como criadoras de conteúdo, 55,2% afirmaram já ter participado de oficinas ou cursos sobre comunicação quilombola, em comparação com 44,8% que não participaram. Já entre os participantes que se reconhecem como influenciadores quilombolas, há uma divisão semelhante: 50% participaram de formações e 50% não participaram.

Ao relacionarmos as três categorias abordadas (comunicador, criador de conteúdo e influenciador quilombola) e o questionamento sobre a participação em formações ou oficinas sobre comunicação popular/quilombola, obtivemos resultados onde aproximadamente metade dos respondentes em todos os grupos não participaram de formações com essas temáticas. Isso evidencia a necessidade de ampliar a oferta de formações e oficinas em comunicação popular, de modo a democratizar o acesso ao conhecimento técnico e fortalecer as vozes quilombolas na disputa por narrativas.

Entre as pessoas que se consideram comunicadoras, criadoras de conteúdo ou influenciadoras quilombolas, as práticas mais mencionadas de forma espontânea são: registros audiovisuais, elaboração de roteiros, produção de projetos culturais, condução de roteiros turísticos, criação de identidade visual, desenvolvimento de projetos literários, produção musical (como o rap), jornalismo, culinária ancestral, publicações em plataformas digitais, locução em rádios, fotografia, exposições artísticas, samba de roda, palestras e formações, artesanato, dança, entre outras.

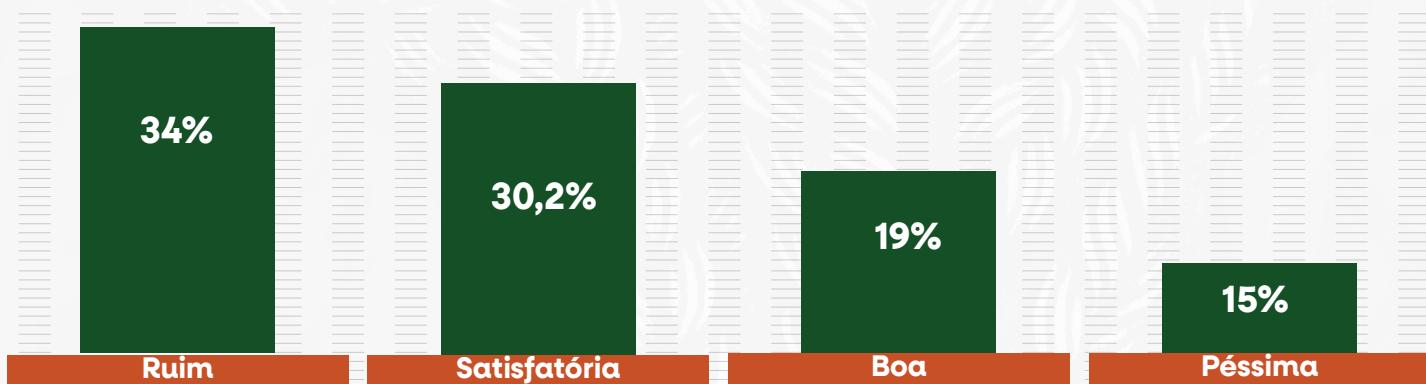
“Acredito que comunicar é também um ato político e ancestral, é narrar nossa própria história com verdade, orgulho e amor pelo que somos”.

Em relação à participação em coletivos, 53% dos respondentes informaram pertencer a coletivos de comunicadores quilombolas e 55% a coletivos culturais quilombolas. Quanto às dificuldades enfrentadas no acesso a ferramentas e canais de comunicação, 52,8% afirmaram não ter dificuldades, enquanto, somados, 43,4% consideram que sim ou que talvez. Entre as dificuldades mencionadas de forma espontânea, destacam-se: falta de acesso à internet, limitações financeiras para aquisição de ferramentas e softwares, e dificuldades de compreensão no uso dessas ferramentas.

Quando questionados se costumam enfrentar problemas para utilizar a internet, 49,1% dos respondentes informaram que não, enquanto outros 49,1%

afirmaram que sim ou que talvez. Em relação à cobertura de rede móvel (3G, 4G, 5G e etc.) nas áreas onde vivem, 49% consideram o serviço ruim ou péssimo, enquanto 30,2% consideram satisfatório e 18,9% o avaliam como bom. Em relação aos dados sociodemográficos para essa pergunta, 37% das pessoas pretas e 16,7% das pardas participantes afirmaram enfrentar problemas de acesso. Quanto ao gênero, os homens cis relatam menos dificuldades (31,8%) do que as mulheres cis (35,5%), que também apresentam maior índice de incerteza e respostas “talvez” (19,4%). Nos quilombos rurais, 39,1% afirmaram ter dificuldades com a internet, percentual muito superior ao dos quilombos urbanos (0%). Por faixa etária, a ocorrência de dificuldades é mais frequente entre os grupos de 18 a 39 anos (com médias próximas a 37%). No recorte de escolaridade, as maiores dificuldades aparecem entre pessoas com ensino médio incompleto (42,9%), ensino fundamental (50%) e ensino superior incompleto (60%). Quanto à renda mensal, as dificuldades concentram-se entre quem recebe até um salário mí-

AVALIAÇÃO DA REDE MÓVEL



Fonte: Instituto Sumaúma, 2025.

Entre os problemas relatados para utilizar a internet, foram citados: a lentidão da conexão, o preço alto e a baixa qualidade do serviço, a instabilidade do sinal, dificuldades no uso de aplicativos, quedas de energia elétrica, poucos pontos de acesso e a necessidade de dividir uma mesma rede com muitas pessoas.

A análise regional sobre o acesso à internet e a qualidade da cobertura móvel nos revela disparidades significativas entre as regiões do país e os diferentes espaços geográficos dos quilombos. No Centro-Oeste, os respondentes de quilombos rurais apresentaram distribuição equilibrada entre as categorias “não” e “sim” quanto a enfrentar problemas de conexão, mas com destaque para a

avaliação “péssima” (14,3%) e “ruim” (28,6%) indicando problemas com a infraestrutura de rede nesses locais. Já os quilombos urbanos da região apresentaram avaliações mais positivas, com metade considerando a conexão “ruim” e metade “satisfatória”, sem relatos de dificuldades diretas de uso. No Nordeste, a situação é semelhante: entre quilombos rurais, os percentuais são iguais para as avaliações “ruim”, “satisfatória” e “boa” (13,6% cada). Já entre os quilombos urbanos nordestinos, há uma única resposta indicando que a conexão é boa.

Na região Norte, os quilombos rurais indicam os maiores desafios: 50% dos respondentes relataram enfrentar problemas de conexão e classificaram a cobertura como “ruim”, enquanto 25% a consideraram “boa”. No Sudeste, em áreas rurais, 28,6% consideraram o acesso “satisfatório”, mas 14,3% o avaliaram como “péssimo”. Já nos quilombos urbanos, metade considerou a internet “satisfatória”, e 25% “boa”. No Sul do país, os quilombos rurais apresentam avaliações que variam entre “ruim” e “satisfatória”, indicando uma cobertura oscilante, sem predominância de avaliações muito negativas ou muito positivas.

Entre as tecnologias digitais mais utilizadas pelos participantes em seu dia a dia, destacam-se o celular (96,2%), as redes sociais e os aplicativos de mensagens (75,5%), além do computador ou notebook (73,6%). Também foram mencionados a televisão (49%) e as plataformas de vídeo e música (28,3%). Empatados, o rádio, as plataformas de bancos e de estudos são apontados por 24,5% dos participantes. Por fim, as plataformas do Governo são utilizadas por 21%. Em relação à facilidade de usar tecnologias digitais, 49% consideram que não é difícil, mas também não é fácil, enquanto 34% consideram fácil.

No artigo **“Infraestruturas de Conexão e os Ciberativismos de Mulheres Negras na Amazônia”**, Geisa Santos da Silva, Luis Gustavo de Souza e Thiane Neves Barros (2023) apresentam a infraestrutura brasileira de conexão com à internet, destacando, sobretudo, as disparidades de acesso entre as regiões do país, principalmente na região Norte. Baseados no Marco Civil da Internet, os autores ressaltam que a promoção da Internet está diretamente relacionada ao interesse público. Silva, Souza e Barros, afirmam:

Denunciar as ameaças e as mortes de ativistas negras com segurança requer uma infraestrutura menos desigual, entretanto a Amazônia não é desigual de forma homogênea: existem camadas dessas desigualdades que possibilitam ricas análises nos entrecruzamentos de território, raça, comunidade, trabalho, entre outras lentes. Enquanto municípios desenvolvidos por motivações racistas e com infraestruturas de extração atingem altos acessos à Internet, regiões compostas por quilombos são aniquiladas por precariedades e invisibilidades (p. 163)

Portanto, os autores acreditam que em um projeto político de bem-estar social, a Internet tem finalidades bastante importantes. Tanto no que refere à garantias do direito à informação, quanto no uso estratégico e político da comunicação. Além disso, é fundamental para a preservação da memória por meio do registro das práticas culturais, como ferramenta de mobilização de recursos e geração de renda, e também para o acesso de serviços públicos que a cada dia se tornam mais digitalizados.

Para além da conectividade significativa, é importante destacar os danos ambientais causados pela exploração de territórios por grandes corporações de tecnologia, especialmente em comunidades rurais, como os territórios quilombolas. A pesquisadora Mariana Lopes (2025) aponta que esses impactos se estendem desde a extração de minérios utilizados na fabricação de chips e aparelhos, como smartphones e tablets, até a emissão de carbono, o alto consumo energético e a exploração de matérias-primas essenciais para a manutenção e preservação do meio ambiente, como a água.

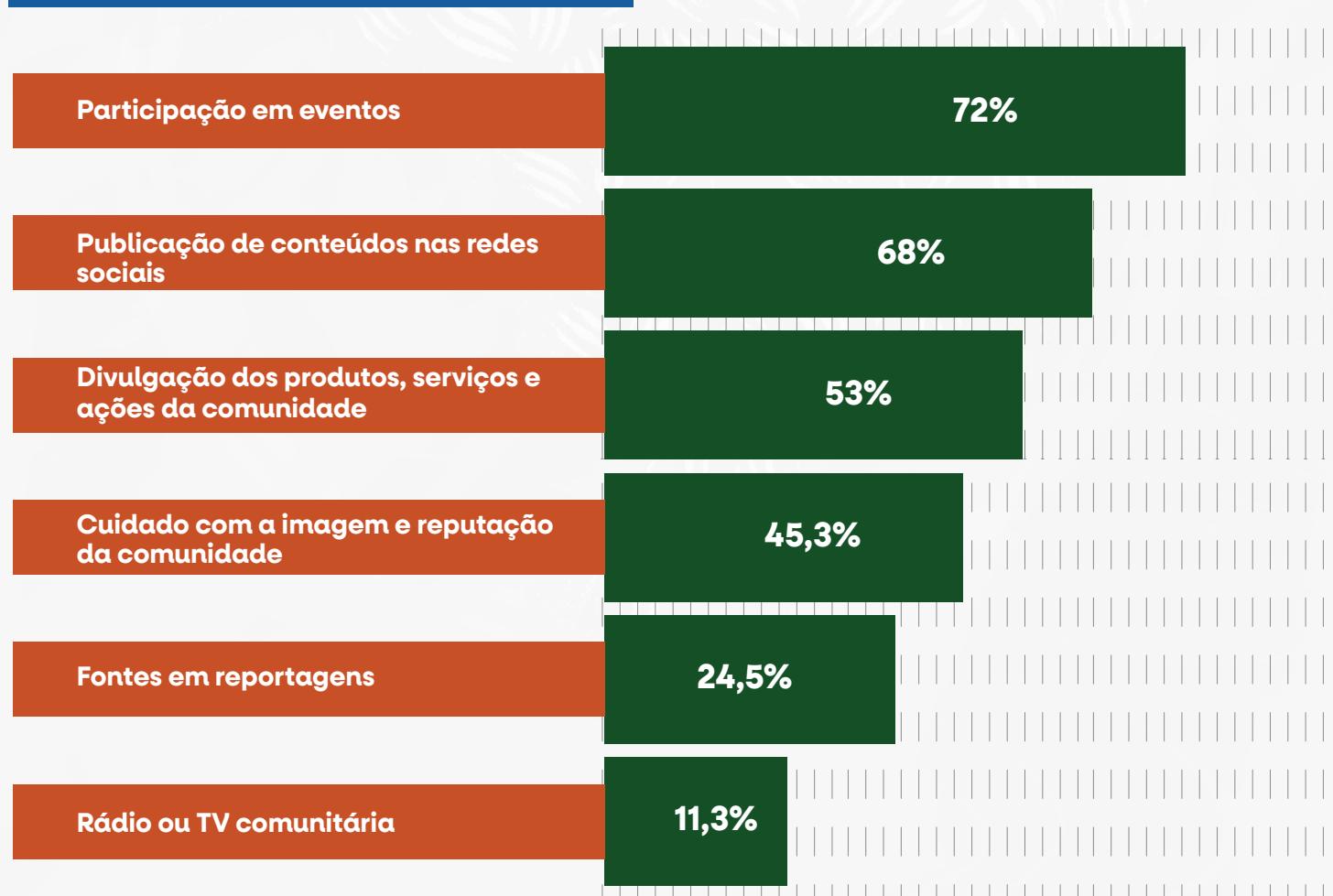
Trajetórias comunitárias em práticas comunicacionais e culturais

Nesta seção, buscamos compreender como as práticas comunicacionais e culturais quilombolas se articulam diante das agendas de justiça climática, racial e territorial. Portanto, indagamos sobre quais práticas comunicacionais e culturais são realizadas nas comunidades, os meios e linguagens de comunicação mais utilizados e os temas presentes nessas práticas.

Dentre as atividades culturais que são praticadas nas comunidades, se destacam as datas comemorativas locais (81%), o plantio e a colheita do próprio alimento (73,6%), o artesanato (68%), a contação de histórias (64,2%) e as práticas de cura com ervas medicinais (58,5%), seguidas dos festejos ou festas religiosas e das danças tradicionais, com 56,6% das menções.

Em relação às práticas comunicacionais, se destacam a participação em eventos (72%), a publicação de conteúdos nas redes sociais (68%), e a divulgação de produtos, serviços e ações da comunidade (53%). Em seguida, aparecem o cuidado com a imagem e a reputação da comunidade (45,3%), a atuação de membros da comunidade como fontes em reportagens (24,5%) e a existência de rádio ou TV comunitária (11,3%). Quando questionados sobre os meios ou linguagens de comunicação mais utilizados pela comunidade, as respostas mais recorrentes mencionam as redes sociais (87%), os aplicativos de mensagens (70%) e a dança (40%).

PRÁTICAS COMUNICACIONAIS



Fonte: Instituto Sumaúma, 2025.

Ao relacionarmos os dados presentes nas perguntas “Entre as atividades culturais listadas abaixo, quais são praticadas em sua comunidade?”, “Quais dessas práticas comunicacionais sua comunidade costuma realizar?” e “Quais das pautas listadas abaixo são debatidas nas práticas comunicacionais e culturais de sua comunidade?”, obtivemos resultados que reafirmam o compromisso dos povos quilombolas com as agendas de luta antirracista, de justiça climática e de titulação territorial.

As ações de divulgação de serviços, produtos e iniciativas estão fortemente associadas às datas comemorativas (14,6%), ao plantio e à colheita de alimentos (14%) e às práticas de cura com ervas medicinais (11,2%). O cuidado com a imagem e a reputação da comunidade aparece com maior destaque nas contações de histórias (13,6%), nas danças tradicionais (10,5%) e nos festejos religiosos (10,5%), o que evidencia a centralidade da oralidade e da ancestralidade como pilares das práticas comunicacionais quilombolas, que foram abordados de maneira mais aprofundada na etapa do grupo focal. A participação em eventos e a publicação de conteúdos nas redes sociais apresentam percentuais semelhantes, com picos nas datas comemorativas (15,2% e 14,2%), no plantio e na colheita (13,8% e 14,2%) e nas práticas de cura (11,6% e 11,8%).

28 dados entre a relação das atividades culturais e pautas comunicacionais evidenciam que as ações de comunicação estão diretamente vinculadas aos debates sobre políticas públicas, educação, racismo e titulação territorial. Entre as práticas mais citadas, destaca-se a divulgação de serviços, produtos e ações, fortemente associada às pautas de racismo (15,9%), políticas públicas (14,8%), educação (13,1%) e problemas ambientais (12,5%).

A dimensão do cuidado com a imagem e a reputação da comunidade também se manifesta com intensidade nas pautas de políticas públicas (14,3%), racismo (13,6%), educação (12,9%) e problemas ambientais (12,2%). A participação em eventos e as publicações nas redes sociais refletem dinâmicas semelhantes, com percentuais relevantes em políticas públicas, educação, racismo e problemas ambientais. Além disso, pautas como justiça climática e acesso à renda também se conectam fortemente a essas atividades, mostrando a transversalidade da luta por sustentabilidade e bem viver. As comunidades que possuem rádio ou TV comunitária apresentam distribuição equilibrada entre diferentes pautas, com destaque para educação, demarcação territorial

e justiça climática (todas com 10,9%).

Esses dados demonstram que as práticas culturais e comunicacionais quilombolas estão profundamente entrelaçadas às lutas por educação, território, justiça racial e ambiental. É perceptível, portanto, que a comunicação e a cultura são utilizadas como caminhos, ferramentas, estratégias e expressões para a reivindicação de direitos e o fortalecimento interno das comunidades.

Quando questionados se a comunidade realiza trabalhos na área de comunicação, os participantes mencionaram, de forma espontânea, ações como conversas sobre comunicação comunitária, rádios comunitárias, sessões de cinema, eventos como rodas de conversa e reuniões na comunidade, além de oficinas de formação e da organização de festas. Vale destacar, neste tópico, o trabalho desenvolvido pela Rede Kalunga Comunicações, citado por diversas pessoas respondentes desta etapa da pesquisa.

A Rede Kalunga Comunicações (RKC) é uma mídia independente de comunicação e articulação quilombola oriunda do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga - o maior território quilombola em extensão do Brasil, com cerca de 262 mil hectares e mais de 39 comunidades distribuídas pelos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás - localizados na região da Chapada dos Veadeiros, no norte do estado de Goiás. A rede atua na produção e execução de oficinas, eventos, podcasts, jornal e conteúdos audiovisuais. Nesta questão, algumas das menções à RKC afirmam que “a rede produz conteúdos que fortalecem a identidade e a visibilidade das comunidades Kalunga, promovendo informação, educação e cultura”; também que “essas ações ampliam as vozes quilombolas, fortalecem a comunicação comunitária e valorizam a ancestralidade, atuando como uma poderosa ferramenta de transformação social dentro e fora do Território Kalunga”; e que “esses trabalhos têm aproximado as comunidades, promovido o protagonismo quilombola e mostrado ao mundo a força e a beleza do nosso território”.

“O trabalho comunicativo é feito de forma natural, utilizando a oralidade como principal ferramenta na formação da comunicação, passando os ensinamentos reais que acontecem, com os processos de luta contra todas as formas de opressão”

Em pergunta com possibilidade de múltiplas respostas, os participantes apontaram que as pautas debatidas nas práticas comunicacionais e culturais das comunidades são: os racismos (87%), políticas públicas (85%), educação (77,4%), problemas ambientais (70%), demarcação territorial (64%), titulação territorial (62,3%), acesso à renda (60%) e justiça climática (53%).

Em 2013, a pesquisadora e jornalista Juliana Cézar Nunes defendeu, em sua dissertação, que as comunidades quilombolas e seus parceiros constituem redes voltadas à mobilização e sensibilização da sociedade, desenvolvendo ações e processos comunicacionais inovadores no “bios midiático”, ao mesmo tempo em que remetem a uma trajetória diáspórica de luta e resistência. A autora, propõe, então, um tipo ideal de “Comunicação Quilombola”, compreendido como:

“Conjunto de processos e ações de comunicação desenvolvidas a partir do protagonismo de comunicadores/as quilombolas, com base em memórias ancestrais, saberes, práticas de resistência, linguagens e tecnologias capazes de promover o fluxo de informações dentro da comunidade e de influenciar no debate público por meio de pautas e publicações em diversas plataformas e mídias” (Nunes, 2013, p. 8).

Deste modo, observamos que as práticas comunicacionais e culturais quilombolas se articulam na relação com o meio ambiente, o alimento, as ervas e os saberes e práticas tradicionais: como os festejos, as danças e a música. Tanto nas trajetórias pessoais, como nas trajetórias comunitárias, observamos a utilização da internet e das tecnologias digitais como importantes ferramentas para as comunidades. Também destacamos a oralidade presente em boa parte dessas práticas, como nas contações de histórias, rádios comunitárias e podcasts.

Quanto às agendas de justiça climática, racial e territorial, observamos essa articulação nas pautas debatidas nas práticas comunicacionais e culturais das comunidades, entre as quais se destacam os racismos, os problemas ambientais e a demarcação e titulação dos territórios.



Aspectos organizacionais e redes colaborativas

Nesta seção, buscamos descrever os aspectos organizacionais das comunidades quilombolas, no que se refere à estrutura, às estratégias de mobilização de recursos e às formas de confluência entre elas.

Quando questionados, em pergunta com possibilidade de múltiplas respostas, sobre como as comunidades estão estruturadas em relação às práticas comunicacionais e culturais, 56,6% informaram ter coletivos ou organizações formalizadas com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Outros 49% afirmaram contar apenas com pessoas voluntárias atuando nessas práticas. Profissionais autônomos aparecem em 40% dos apontamentos, enquanto coletivos e organizações não formalizadas representam 28,3%.

Em relação à participação das comunidades em coletivos ou redes de articulação com outras comunidades quilombolas, 43,4% informaram que “participam” de redes ou coletivos, 32,1% responderam que “não”, 13,2% disseram “talvez” e 11,3% afirmaram “não sei dizer”. Quanto à participação em encontros com outras comunidades quilombolas, 67,9% responderam que “participam” e 13,2% disseram que “não”.

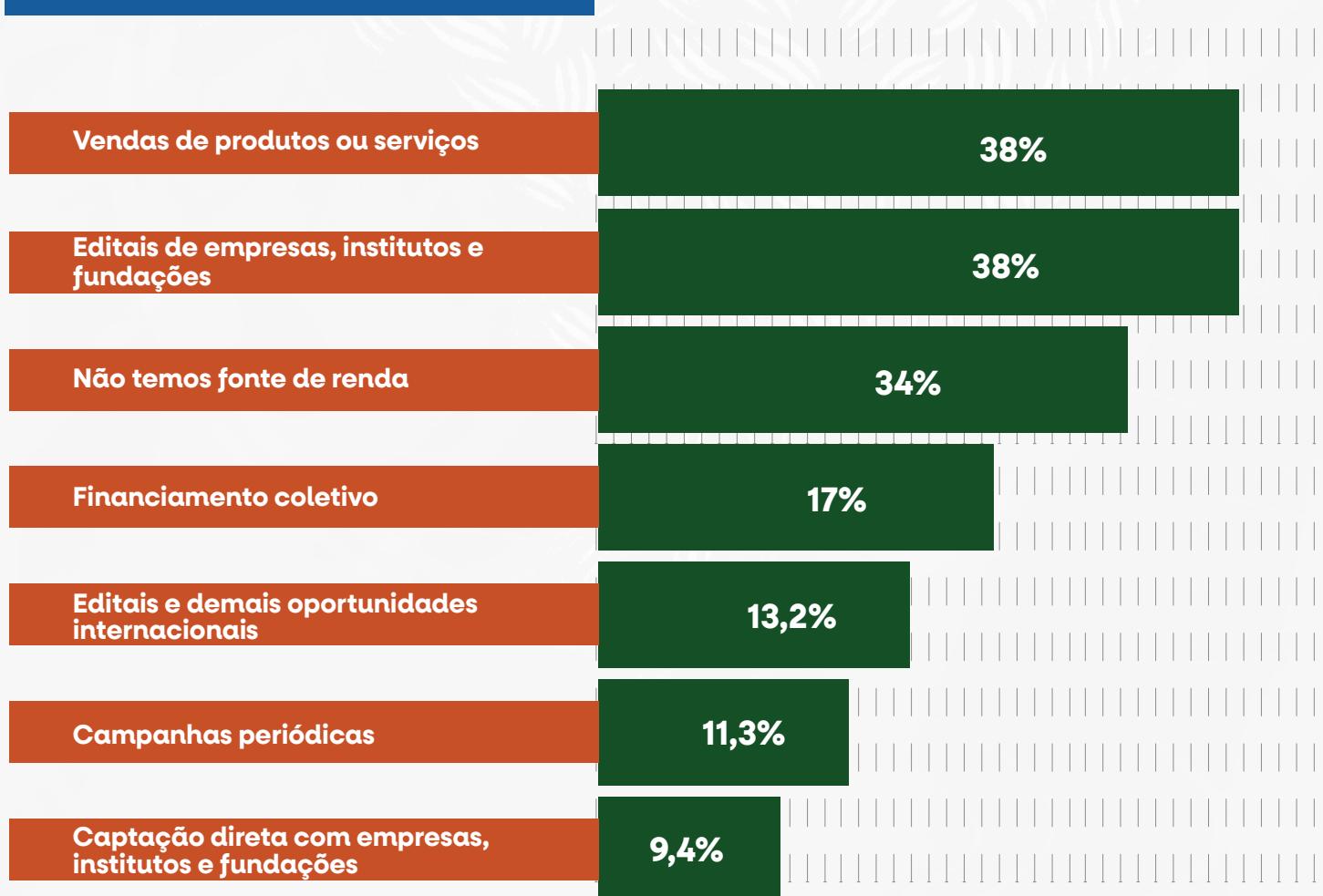
Sobre a participação das comunidades em editais de financiamento para ações de comunicação ou cultura, 47,2% afirmaram “já ter participado”, enquanto 36% informaram que “não”. Em relação à percepção de dificuldades para captar recursos para projetos dentro das comunidades, 64,2% informaram que “há dificuldades”, 26,4% disseram que “talvez” e apenas 6% apontam “não sentir dificuldades” para captação de recursos.

Entre as dificuldades mencionadas de forma espontânea estão: a burocracia, a falta de acessibilidade, a linguagem rebuscada dos editais, a dificuldade em conseguir financiadores, a falta de compreensão sobre como funcionam os editais, as dificuldades de acesso às informações, a falta de capacitação técnica e os problemas com a internet.

“Embora existam avanços na visibilidade das iniciativas quilombolas, ainda há dificuldades em acessar editais e recursos por falta de infraestrutura digital, burocracias complexas e limitações de alcance nas comunicações institucionais. Muitas vezes, os projetos enfrentam desafios na formalização de parcerias e na manutenção de equipamentos e conectividade, o que impacta diretamente a continuidade das ações culturais e de comunicação”.

No que diz respeito às principais fontes de renda das comunidades para o financiamento de práticas comunicacionais e culturais, as vendas de produtos ou serviços e os editais de empresas, institutos e fundações aparecem empatadas, com 38% cada. Em seguida, 34% afirmam não possuir nenhuma fonte de renda, 17% apontam o financiamento coletivo, 13,2% mencionam editais e demais oportunidades internacionais, 11,3% citam campanhas periódicas e 9,4% indicam a captação direta com empresas, institutos e fundações.

PRINCIPAIS FONTES DE RENDA





Ao relacionarmos os dados obtidos sobre as dificuldades de captação de recursos para projetos nas comunidades, as formas como elas estão estruturadas em relação às práticas comunicacionais e culturais e as principais fontes de renda utilizadas para financiar essas práticas, observamos que, embora haja esforços de mobilização, a falta de estrutura formalizada juridicamente ainda representa uma barreira significativa ao acesso a recursos. A maioria das comunidades que afirmaram não possuir estrutura organizada ou atuar apenas com pessoas voluntárias relataram enfrentar dificuldades para captar recursos, sendo 61,5% entre as que dependem de voluntariado e 100% entre aquelas sem estrutura. Mesmo entre as comunidades com CNPJ ativo, 63,3% apontaram dificuldades, o que demonstra que a formalização jurídica, embora importante, não é suficiente por si só para garantir acesso a editais e financiamentos. Essa realidade aponta para entraves que vão além da burocracia, envolvendo falta de apoio técnico, barreiras de linguagem institucional e disputas desiguais.

Quando se analisa a fonte dos recursos, observa-se que as mais recorrentes entre as comunidades organizadas são os editais de empresas (17,3% a 18,6%), os institutos e fundações (20,9% a 23,5%) e a venda de produtos ou serviços (16,1% a 19,7%). Esses dados indicam que as comunidades com CNPJ e estruturas mínimas de gestão conseguem diversificar suas estratégias de sustentabilidade, ainda que enfrentem dificuldades no processo de captação. Por outro lado, as comunidades sem CNPJ e aquelas com atuação baseada em voluntariado dependem fortemente de financiamento coletivo (8,2% a 11,6%) e, em menor escala, de editais pontuais. As comunidades que afirmaram “não ter fontes de renda” ou “não saber dizer” sobre suas formas de financiamento também são as que mais expressam inseguranças.

Um outro cruzamento de perguntas que revela dados significativos diz respeito às conexões entre a participação em editais de financiamento para ações de comunicação ou cultura e a participação em coletivos ou redes de articulação com outras comunidades quilombolas. Entre as comunidades que não participam de coletivos, mais da metade (52,9%) afirmou “já ter participado” de algum edital, enquanto 41,2% disseram “nunca ter participado”. Esse dado demonstra que, embora a articulação em rede não seja o único caminho para o acesso a recursos, a ausência de participação em articulações e redes tende a limitar a troca de informações, experiências e estratégias coletivas que

poderiam ampliar o alcance dessas comunidades em editais e programas de fomento.

Entre aquelas que participam ativamente de coletivos ou redes quilombolas, há um cenário equilibrado: 47,8% afirmaram “já ter participado” de editais, contra 43,5% que disseram “não ter participado”. Os grupos que “talvez” participem de redes apresentam um comportamento semelhante, onde 42,9% “já participaram” de editais e 28,6% “nunca participaram”. De forma geral, os dados indicam que o pertencimento a redes e coletivos quilombolas é um fator que potencializa o acesso a oportunidades. O principal obstáculo parece residir nas condições desiguais de estruturação institucional e informacional, que limitam o aproveitamento das oportunidades disponíveis. Assunto já explorado nos tópicos anteriores e com mais profundidade no capítulo a seguir.

Quando questionados sobre como financiadores e parceiros podem colaborar com as práticas comunicacionais e culturais em suas comunidades, foram mencionadas, de forma espontânea, diversas ações: criar oportunidades para os jovens, disponibilizar recursos financeiros e tecnológicos, investir em agricultura familiar, cultura e empreendedorismo, simplificar editais, levar políticas públicas, conhecer as comunidades, incentivar a leitura, apoiar por meio do diálogo e do respeito à cultura quilombola, fortalecer projetos de geração de renda, destinar impostos para a educação quilombola, produzir conteúdo educativo, facilitar o acesso a redes estratégicas e impulsionar a autonomia e a independência do povo quilombola.

“Financiadores e parceiros podem colaborar oferecendo formações técnicas, apoio financeiro contínuo e infraestrutura tecnológica para ampliar as ações de comunicação comunitária. Também podem contribuir com mentorias, divulgação dos projetos e parcerias institucionais que fortaleçam a sustentabilidade das iniciativas culturais e midiáticas da comunidade, garantindo autonomia e valorização das vozes quilombolas”.

O Diagnóstico acerca de Filantropia e Raça no Brasil: do centro das lutas às margens dos recursos (2025), pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa e Memória da Mulher Negra do Fundo Agbara, analisou o acesso ao financiamento e a distribuição de recursos entre organizações sociais negras no Brasil. A maioria das organizações participantes do estudo atua em territórios quilombolas, representando 42,6% do total. O estudo buscou evidenciar a importância da descentralização do poder e do aumento dos recursos destinados às organizações sociais negras.

O relatório também aponta que 89,1% dos participantes consideram a captação de recursos um dos principais desafios enfrentados na gestão das organizações. Quanto à média de valores captados no ano anterior, 59,2% informaram ter obtido entre R\$ 1 mil e R\$ 5 mil, o que significa que a maioria das organizações sociais negras realizou suas atividades com cerca de R\$ 400 por mês. Na sequência, os recursos captados se concentram nas faixas entre R\$ 6 mil e R\$ 24 mil (17,3%) e R\$ 25 mil e R\$ 100 mil (15,6%) no ano anterior.

Para a maioria dos respondentes (72,9%), o racismo contribui significativamente para as dificuldades financeiras enfrentadas pelas organizações negras (Fundo Agbara, 2025). A pesquisadora Juliana Cézar Nunes (2024), considera que “*nada mais urgente, portanto, que a comunicação quilombola esteja cada vez mais presente no horizonte das pesquisas e políticas públicas, inclusive para que seja fortalecida com financiamento de organizações governamentais, internacionais e não governamentais*”.



Quilombo enquanto sinônimo de futuro: diálogos sobre comunicação ancestral, território e justiça climática

O ralidade. Roda. Lamparinas. Roça de toco. Cofo. Preservação. Modelo de vida. Identidade cultural. O pensamento, a fala e a escrita sobre os quilombos precisam partir dessas premissas. Em primeiro lugar, porque esses corpos-territórios são sonhos de ancestrais germinados na terra, e esses são alguns entre os muitos outros ensinamentos que eles deixaram. E, em segundo lugar, porque precisamos compreender que a existência do quilombo consiste em filosofias de existir, cuidar, produzir e narrar o mundo a partir de cosmopercepções que se baseiam em lógicas e temporalidades distintas do capitalismo e da colonialidade.

E assim, nos sentamos em rodas de conversa online, por meio de chamadas de vídeo, durante três dias, para dialogar sobre cultura, comunicação e ancestralidade. A partir de contações de histórias e narrativas de vivências, oito lideranças quilombolas, algumas delas representantes de grupos e coletivos de comunicação e/ou cultura, sendo sete mulheres cis e um homem cis, contribuíram para a elaboração deste estudo. Nossa principal objetivo com esses encontros foi aprofundar as questões exploradas no questionário e acessar informações que uma lista de perguntas de múltipla escolha não permitiria, aproveitando a potencialidade da oralidade, impossível de ser captada pelo modelo de estudo anteriormente citado.

Entre as pessoas participantes, estavam presentes representantes dos seguintes coletivos, grupos e quilombos: **Rede Kalunga Comunicações, Intreprêta, Instituto Perpetuar, Quilombo Macanudos, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Rádio e TV Quilombo Rampa e Quilombo Chacrinha dos Pretos.** Nossas conversas foram conduzidas por seis seções de perguntas, que buscaram:

- Coletar informações sobre o perfil sociodemográfico de cada participante;
 - Identificar a trajetória pessoal e comunitária em práticas comunicacionais e culturais;
 - Compreender as práticas comunicacionais e culturais em relação às agendas de justiça climática, racial e territorial;
 - Mapear dificuldades na captação de recursos para projetos;
 - Explorar as percepções dos participantes sobre o futuro de suas comunidades, o tempo, as crianças e a ancestralidade.

O primeiro encontro aconteceu em 13 de outubro de 2025, com duração de aproximadamente duas horas e meia de conversação. Contamos com a participação de quatro das oito lideranças mencionadas, todas mulheres. No primeiro momento, elas nos falaram sobre suas identidades. Nos contaram que eram comunicólogas, jornalistas, psicólogas, assistentes sociais, intérpretes de Libras, profissionais das artes cênicas e contadoras de histórias. Mães, filhas, netas, sobrinhas e tias. Jovens e adultas. Todas, representantes e portadoras dos ensinamentos deixados por seus ancestrais.

Após as identificações e apresentações, iniciamos nosso diálogo abordando o tema do acesso à internet, seja por wi-fi ou rede móvel, nas comunidades. Algumas participantes compartilharam as dificuldades cotidianas de se conectar, mencionando que poucas famílias dispõem de cabeamento de rede em suas casas e que a ausência ou instabilidade da energia elétrica torna o uso da internet ainda mais desafiador. Outras narraram experiências mais estáveis, relatando que espaços coletivos como associações e Quilombotecas, têm se tornado locais de apoio para as famílias que não dispõem de acesso à internet em seus lares.

Para além dos provedores pertencentes a empresas privadas ou big techs, o projeto “Conexão Povos da Floresta” foi mencionado como uma importante alternativa de acesso à internet, especialmente entre as participantes da região Norte. Esses relatos revelam um cenário em que a infraestrutura de rede ainda se mostra instável e desigual dentro das comunidades quilombolas, mas também evidenciam a potência da coletividade presente nesses territórios. As comunidades reinventam caminhos, compartilham saberes e constroem soluções conjuntas para garantir o direito à comunicação e à conectividade.

“A comunicação que eu faço sempre esteve ligada à área cultural e socioambiental. Falando sobre as manifestações culturais no território, a preservação que está ligada à cultura e ao nosso modo de vida. Quando eu falo que o nosso território (quilombo) mantém mais de 80% do cerrado em pé (da área preservada) é de acordo com o modelo de vida que vivemos.”

(Participante A, informação verbal, entrevista concedida em 2025).

³ O projeto Conexão Povos da Floresta é uma iniciativa do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), que tem como objetivo conectar em rede, através de internet banda larga, as comunidades dos povos da floresta (indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhas) na Amazônia brasileira.

As participantes nos disseram que, mais do que transmitir informação, a comunicação é um caminho utilizado para reafirmar quem se é e de onde se fala. É falar do território, das manifestações culturais, das relações comunitárias que garantem a continuidade de um modo de vida coletivo, do vínculo entre natureza e a existência humana. Elas também nos disseram que a comunicação é um processo formativo e multiplicador: lideranças formando lideranças, aprendizados sendo compartilhados, novas vozes ecoando cada vez mais. Na cosmopercepção quilombola, a comunicação oral é uma das estratégias principais para manter os saberes vivos, transmitindo histórias, tradições e memórias. Cada troca se torna um ato comunicativo carregado de significado, capaz de reforçar a identidade coletiva e o próprio ato de existir.

“A comunicação tem sido uma ferramenta poderosa para que eu possa além de buscar conhecimentos eu consiga colaborar com a minha comunidade, então é lideranças formando lideranças para que possamos ecoar cada vez mais.” (Participante J, informação verbal, entrevista concedida em 2025).

O modelo hegemônico de produção de conhecimento frequentemente busca reconhecer apenas o que é legitimado academicamente, desconsiderando outras formas de saber. Em contramão a essa lógica, as práticas comunicacionais quilombolas buscam afirmar e reafirmar que o conhecimento que nasce do território é legítimo, necessário e estratégico. Esses saberes atuam como uma ferramenta de organização social, demonstrando que a comunicação ancestral quilombola constrói e preserva formas de existir, conectar e garantir a continuidade dos saberes.

“Na minha vivência, a resposta para essa pergunta foi construída em um processo, porque a minha formação não é na área de comunicação. E na maioria das vezes o que é legitimado é o que é reconhecido academicamente e na contramão dessa narrativa temos buscado demarcar esse saber que vem do território e entender que isso veio muito antes de nós [...].” (Participante S, informação verbal, entrevista concedida em 2025).

Uma das principais estratégias de articulação e organização social para a construção das comunidades quilombolas foram as práticas de comunicação ancestral, que se manifestam em cada ação do cotidiano, nas celebrações, nas rodas de contação de histórias, no modo de plantar e colher, na relação direta com o meio ambiente e na proteção das florestas. Essas práticas tornam-se sementes de múltiplas narrativas. No decorrer de suas falas, as participantes nos contaram que, ao ocuparem espaços de poder fora de suas comunidades, comunicar-se exige explorar a própria verdade, sempre lembrando que uma das lutas centrais é garantir o território. Porque sem o território, não há como outros direitos fundamentais existirem.

Espaços institucionais de conhecimento, como as universidades, apresentam desafios distintos. Esses ambientes, muitas vezes, tentam invisibilizar os saberes quilombolas, impondo suas próprias linguagens e categorias, como o uso de termos e conceitos que a própria comunidade já carrega como base existencial (agroecologia e justiça climática são exemplos citados). Estratégias de comunicação, campanhas e metodologias que aproximam os saberes das comunidades, utilizando palavras oriundas dos povos quilombolas e reinventadas nas literaturas acadêmicas, permitem construir pontes, abrir fissuras no sistema e reafirmar a existência e a legitimidade do conhecimento quilombola. Reforçando que esse conhecimento é vivo e pulsante.

Da mesma forma, lidar com a mídia exige atenção plena e estratégica. Projetos e políticas públicas podem impactar os territórios de maneira distorcida, quando a narrativa não é conduzida por quem conhece e vive a realidade. Por isso, ferramentas midiáticas próprias tornam-se essenciais para visibilizar as questões locais e afirmar a presença quilombola, principalmente como sujeitos políticos e protagonistas de suas próprias histórias. Há, portanto, uma diferença entre comunicar-se dentro do território e comunicar-se como externo: a primeira forma fortalece vínculos, mantém tradições e preserva saberes; a segunda articula e defende direitos. Nem tudo pode ser compartilhado, pois há riscos de distorção e apropriação externa. A tradução do vivido para linguagens de fora pode gerar interpretações equivocadas. Ainda assim, esforços constantes são feitos para equilibrar essa comunicação, e ferramentas como rádios e mídias próprias surgem como pontes entre o território e os outros mundos.

Nos guiando pelos relatos e compartilhamentos das lideranças participantes da conversa, percebemos que as práticas comunicacionais quilombolas dentro do território se fundamentam na oralidade, no registro dos saberes ancestrais e na memória de quem construiu e sustenta o quilombo. Cada história, cada prática cotidiana, cada técnica de subsistência é um fio de conexão que fortalece a comunidade. Atividades como ensinar a pescar na lagoa ou o projeto “Roça de Direitos” (desenvolvido pelo Instituto Perpetuar) tornam-se momentos de transmissão, onde a comunicação não apenas informa, mas perpetua a vida. São práticas que não dependem necessariamente de ferramentas complexas. Acontece no café passado para conversar com a comadre, no aviso repassado de casa em casa, nas crianças reunidas para ouvir a contação de histórias. Cada palavra dita em áudio pelo WhatsApp ou transmitida pela rádio é pensada para alcançar a todos, inclusive aqueles que não sabem ler, garantindo que a mensagem chegue aonde precisa. Essa forma de comunicar parte do entendimento de quem vive no território, conhece suas necessidades e sabe o que pode ser compartilhado com o mundo externo, e o que precisa permanecer guardado, protegido. Porque nem tudo precisa ser mostrado.

Ao falarmos sobre as práticas comunicacionais externas ao território e as relações com a imprensa hegemônica, percebemos que a ausência de representatividade e o olhar estereotipado da grande mídia são fatores determinantes para que fossem desenvolvidos veículos de comunicação próprios dos territórios. Foi mencionado que, quando as comunidades aparecem nos noticiários, geralmente é em situações negativas, de conflito ou vulnerabilidade. A criação de mídias próprias surge, assim, como uma forma de garantir o direito à narrativa e de construir uma comunicação feita “de dentro”, com o olhar e a voz das próprias comunidades.

Outras participantes destacaram que o acesso às grandes mídias geralmente ocorre apenas em momentos de tragédia ou em pautas que reforçam estereótipos, como se as matérias sobre os quilombos fossem um retrato exótico e distante. Existe uma incompreensão generalizada sobre o que significa ser quilombola, porque isso envolve uma forma singular de compreender o mundo, de viver a liberdade e de se relacionar com a coletividade. As ideias criadas pela branquitude(Bento, 2002) do que é a vida, o corpo e as decisões são diferentes das que existem no quilombo. A identidade quilombola preserva a noção de um

pertencimento coletivo, onde o corpo e as decisões individuais também dizem respeito à comunidade.

É necessário também mencionarmos o papel das mídias antirracistas diante das pautas quilombolas, que, mesmo sendo necessárias e fundamentais para a luta racial, ainda reproduzem certos vícios do olhar colonial, tratando os quilombos a partir do imaginário da pobreza, da vulnerabilidade e da falta. As mídias antirracistas e alternativas são aliadas fundamentais, mas precisam estar abertas ao diálogo horizontal, escutar ativamente e incorporar de forma efetiva as vozes quilombolas em seus discursos.

Seguindo um pouco mais adiante em nossa roda de conversa, abordamos as relações existentes entre as práticas comunicacionais e a pauta da justiça climática. As participantes nos disseram que falar de crise climática nos quilombos é cotidiano, porque falar de território é, necessariamente, falar sobre esse tema. Porém, o uso de termos técnicos como “justiça climática” ou “racismo ambiental” nem sempre fazem sentido para quem vive o problema no dia a dia. As pessoas do território se comunicam a partir de suas próprias referências. Assim, enquanto fora se fala em “impactos ambientais”, na comunidade se diz: “vão cortar a árvore”, “a lagoa vai secar”, “o peixe sumiu”. **O atraso no período de colheita do caju, a seca do rio Paraná, a diminuição das aves e peixes e a escassez de recursos naturais** são alguns, entre muitos outros exemplos, que atravessam as vivências nos quilombos. Os efeitos concretos das mudanças climáticas são vividos primeiro por aqueles que estão em contato direto com a terra.

As metodologias quilombolas têm proposto e executado ações educativas, como hortas escolares, mutirões de plantio de árvores nativas e oficinas sobre sustentabilidade. É necessário, portanto, o desenvolvimento de pensamentos e ações a partir dos saberes quilombolas, daqueles mais velhos e ancestrais. São eles e elas que sempre foram, e sempre serão, guardiões de múltiplos conhecimentos sobre o manejo da terra e o plantio sustentável. Esses conhecimentos precisam ser levados para dentro das escolas, como parte da educação ambiental, e precisam ser popularizados tanto quanto os termos que tentam definir as vivências dessas comunidades. Porque os povos quilombolas também são povos protetores da floresta e dos biomas deste país.

O segundo encontro durou aproximadamente uma hora e quarenta minutos

e aconteceu no dia 21 de outubro de 2025. Contamos com a participação de uma das oito lideranças mencionadas, mais uma vez, uma liderança mulher, jornalista de formação. Em sua fala de identificação, menciona um assunto explorado no primeiro encontro por outras participantes: **As escolhas individuais também são escolhas coletivas**. Afirma que a decisão de cursar Jornalismo nasceu do desejo de contribuir com a luta coletiva quilombola.

Seguindo o roteiro do grupo focal, continuamos a nossa conversa abordando a trajetória pessoal e comunitária em práticas comunicacionais e culturais. A participante nos contou que a comunicação dentro da sua comunidade é marcada por uma atuação significativa da juventude. Jovens lideranças se destacam ao utilizar as redes sociais e ferramentas digitais, especialmente o WhatsApp, para divulgar informações e fortalecer as lutas coletivas. Mesmo com essa presença digital mais recorrente, o acesso à internet é mencionado como difícil. A comunidade, encontra-se localizada em uma área rural no nordeste do país, próxima ao rio, e enfrenta grandes desafios de conectividade. O acesso é restrito e, geralmente, disponível apenas em espaços específicos, como a escola ou a sede da associação.

Abordando as práticas culturais, conversamos sobre as festas religiosas, como as romarias e celebrações ligadas à Igreja Católica, que têm grande destaque e mobilizam as comunidades. Entre essas tradições, a Marujada é uma das mais marcantes: composta apenas por homens vestidos como marinheiros, que dançam e se apresentam em rituais performáticos. Cada comunidade possui sua própria marujada, e, em alguns momentos, elas se reúnem em grandes encontros que reforçam a identidade e a coesão cultural do território. A Romaria Quilombola, que integra a programação da tradicional Romaria das Terras e das Águas, também é citada como um evento de grande importância para diversas comunidades quilombolas.

Essas celebrações, embora tenham raízes religiosas, tornaram-se também espaços de articulação política e resistência. Durante as romarias, lideranças quilombolas e movimentos sociais se reúnem para debater questões ambientais, territoriais e sociais. Existe uma profunda conexão com a justiça climática, racial e territorial, ainda que, muitas vezes, essa relação não seja nomeada ou reconhecida de forma explícita. As lideranças locais atuam diretamente em questões que envolvem a defesa do meio ambiente e do território. Quando uma

comunidade denuncia o despejo de agrotóxicos em lagoas, por exemplo, está lutando contra injustiças climáticas, pois essas ações impactam diretamente a produção, a subsistência e a biodiversidade locais.

Há décadas, as comunidades quilombolas denunciam os mesmos problemas sem ver avanços concretos, e a liderança com quem conversamos citou o quanto isso é desgastante. Falta incentivo e políticas públicas que garantam condições dignas para a permanência das pessoas no território. A ausência de políticas que combatam a violência, assegurem a titulação das terras e promovam o acesso a direitos básicos, como educação, saúde, água e energia, acaba por enfraquecer as lutas comunitárias e comprometer a continuidade da vida nos territórios.

Os saberes tradicionais quilombolas carregam um conhecimento profundo sobre o meio ambiente. A observação das chuvas, o manejo da terra e o equilíbrio com a natureza fazem parte de uma prática cotidiana de sustentabilidade que, muitas vezes, é apropriada e reescrita por organizações externas. Esses saberes circulam pelo mundo, mas nem sempre reconhecem sua origem nas comunidades que os criaram. A ausência e exclusão das pessoas quilombolas em debates nacionais e mundiais, como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COPs), é evidente ao observarmos as raras vezes em que representantes quilombolas estiveram presentes nesse evento, principalmente enquanto protagonistas desses momentos.

“Eles sabem o que estão fazendo, sabem quando é que vai chover, quando eles têm que colher. Eles sabem exatamente o que e como podem fazer para contribuir. Só não acessamos essa linguagem que distancia a gente. Só não estamos dentro desses grandes eventos e das grandes conferências. Não somos incluídos nesses espaços. Muitas vezes pegam os nossos saberes, compartilham com o mundo mas não somos vistos como criadores desses conhecimentos, sabe?” [...] (Participante N, informação verbal, entrevista concedida em 2025)

Seguindo a nossa roda, conversamos sobre as dificuldades de acesso a financiamentos voltados a projetos de cultura e comunicação quilombola. Embora algumas iniciativas já tenham sido aprovadas, o processo geralmente ocorre de forma intermediada, com pouca autonomia das associações quilom-

⁵ Mais informações em: <https://static.poder360.com.br/2025/03/carta-aberta-quilombolas-cop30.pdf>.

bola. Embora algumas iniciativas já tenham sido aprovadas, o processo geralmente ocorre de forma intermediada, com pouca autonomia das associações quilombolas. Essa realidade reflete um cenário de desigualdade estrutural, em que as comunidades enfrentam barreiras linguísticas, técnicas e burocráticas que as afastam dos mecanismos de incentivo financeiro.

A participante nos contou que as linguagens dos editais, muitas vezes, são pouco acessíveis e exigem conhecimentos específicos que não fazem parte da realidade cotidiana das lideranças comunitárias. A elaboração de projetos demanda experiência e domínio de um vocabulário técnico que, na maioria das vezes, só é adquirido após sucessivas tentativas. Além disso, as exigências de comprovação de gestão financeira e de histórico de captação tornam inviável a participação de comunidades que, em muitos casos, nunca tiveram acesso sequer a valores baixos de investimento. Essa exclusão reforça um ciclo em que organizações brancas, com maior capital técnico, acabam ocupando o espaço que deveria ser das comunidades negras. Ao final deste relatório, apresentamos uma série de recomendações e sugestões, nas quais essa temática é retomada com proposições voltadas ao ecossistema da filantropia.

“Procure seus iguais.” Essa foi a frase que a participante nos disse quando adentramos o último tópico do roteiro dessa conversa. Essa foi uma orientação que ela recebeu de uma das suas ancestrais, uma orientação de quilombo, um chamado à coletividade e à construção de alianças entre pessoas que compartilham as mesmas origens e lutas. É estratégia de sobrevivência e fortalecimento político. O futuro do quilombo está na titulação plena das terras, no acesso à educação e à saúde de qualidade dentro da própria comunidade, além da preservação dos rios e lagoas.

Ouvindo essa quinta liderança entrevistada, percebemos que o discurso construído no primeiro encontro é reforçado aqui. A comunicação com o externo é feita de coragem e de denúncia, enquanto que a comunicação interna das comunidades consiste no afeto e na coletividade. A comunicação ancestral é apontada como um caminho para o futuro, uma forma de garantir que o território, a memória e a vida continuem existindo. As ciências quilombolas, incluindo suas práticas comunicacionais, são chaves para manter o equilíbrio da terra.

Em 22 de outubro de 2025, realizamos o terceiro e último encontro. Três lideranças participaram. Sendo duas mulheres e um homem. A conversa durou por volta de uma hora e meia. Eles nos contaram suas origens e a história dos seus quilombos: Contadora de histórias, cozinheira, quitandeira, conservadora-restauradora, comunicador ancestral, geógrafo. Lideranças de quilombos e canais de comunicação quilombola. Essa conversa foi guiada pela compreensão de que, diferente de celulares e computadores, o cofo é uma tecnologia que todas as gerações dentro da comunidade que atuam com esse instrumento sabem produzi-lo. Ou seja, uma dimensão que nenhuma tecnologia moderna pode substituir.

Aqui, a comunicação ancestral é compreendida como uma forma de reafirmação da identidade e da história das comunidades, um modo de manter vivo o legado dos antepassados. Porque, na visão do capitalismo, a cuia no quilombo é vista como sinal de pobreza; mas, quando colocada em um ambiente que eles consideram de riqueza, passa a ser tratada como luxo e sofisticação. A comunicação ancestral, portanto, busca valorizar o que já existe dentro do território, em vez de reproduzir o que vem de fora. Trata-se de reconhecer a potência da própria comunidade e de dar continuidade aos conhecimentos existentes. Não se trata apenas de construir uma contranarrativa, mas de afirmar uma narrativa própria, aquela que sempre esteve presente nas vivências e nas práticas das comunidades.

Seguindo com os entrelaçamentos das palavras, adentramos nas trajetórias das pessoas participantes enquanto lideranças que são agentes comunicadores, tanto internamente quanto externamente a suas comunidades. Novamente, o acesso à internet é mencionado como um problema recorrente. Mesmo com a instalação recente de redes Wi-Fi, muitas pessoas ainda precisam recorrer a pontos mais altos para conseguir sinal, o que antes inviabilizava até mesmo a realização de reuniões virtuais. Manifestações culturais como a tradicional quadrilha Vai Quem Quer e o Festival Gastronômico Quilombola, que valoriza os sabores e saberes do território, além da reza do Cruzeiro, realizada todo dia 3 de maio e o tambor de crioula do Maranhão, são mencionados como momentos que também dialogam fortemente com o cuidado ambiental.

Novamente, a estratégia de mostrar apenas o necessário é mencionada

como um caminho de proteção. Essa escolha está ligada ao respeito pelas tradições, pela ancestralidade e pela necessidade de salvaguardar o território. Os locais considerados mais sagrados, por sua vez, não são registrados em fotos, vídeos e postagens nas redes sociais. Essa decisão nasce do princípio de respeito aos antepassados, que utilizavam esses espaços em tempos nos quais não existia a preocupação com a exposição pública. Hoje, com a ampla circulação de imagens e informações pela internet, o cuidado se torna ainda maior, pois a visibilidade pode atrair olhares externos indesejados, inclusive de grandes empresas de extração. Escolher o que mostrar e o que preservar do olhar público é, portanto, uma estratégia de proteção, principalmente para as gerações futuras.

Ao abordarmos a relação entre as práticas comunicacionais e a agenda da justiça climática presente no roteiro do grupo focal, nos encontramos novamente em um cenário que foi abordado igualmente nas outras rodas de conversa. As atividades culturais e comunicacionais desenvolvidas dentro das comunidades quilombolas estão profundamente conectadas à justiça climática. Tal acontecimento é natural e faz parte dos seus cotidianos.

“A proteção do meio ambiente, a luta contra as mudanças climáticas, para as comunidades, ela tá em todos os detalhes, desde entender aonde eu posso fazer minha roça, onde eu posso não fazer minha roça, nessa relação de ter só uma pequena área só para sobreexistência, né? Então acho que isso já passa muito por isso. Nós seguimos o roteiro dos mais velhos” [...]. (Participante R, informação verbal, entrevista concedida em 2025)

O processo de confecção do tambor é um exemplo. A madeira utilizada nunca é retirada de uma árvore verde, a matéria-prima é uma árvore já caída e oca. A sabedoria ancestral já integra, de forma orgânica, aquilo que o mundo contemporâneo tenta sistematizar em políticas e agendas ambientais. A relação com o meio ambiente é entendida de maneira integral, inserida no cotidiano e nas tradições. A proteção ambiental e a justiça climática, nas comunidades, não se dão por imposição externa, mas por meio de práticas cotidianas.

Em todos os oito discursos, três ideias centrais confluíram entre si e se fixaram em nossas mentes: 1: a preservação da natureza como regra e condição existencial; 2: as linguagens comunicacionais ancestrais; e 3: a importância do

território. Tais tópicos surgem de diferentes formas e em diferentes cenários narrados pelos participantes, demonstrando que as diferentes regiões, vivências, biomas e aspectos culturais quilombolas se entrelaçam enquanto uma perspectiva de futuro necessária para a humanidade.

A preservação da terra, das águas e das plantas é mencionada em todas as falas, a partir do princípio ético das comunidades quilombolas que fundamenta a relação com o mundo. Antes mesmo que o termo “justiça climática” fosse pensado, o quilombo já a praticava. As estratégias e linguagens de comunicação internas ou externas à comunidade, se expressam por meio da oralidade, do silêncio, da atenção plena e do reconhecimento de que as tecnologias ancestrais vieram muito antes do que qualquer equipamento elétrico e moderno.

A titulação do território é mencionada como a base que sustenta tudo, porque simboliza o caminho das possibilidades, inclusive de continuação da história. Finalizamos, então, este capítulo com a plena certeza de que **o quilombo é o chão onde se cultiva a vida que há de construir o futuro**.



Considerações finais

Estas pesquisas buscam compreender de que maneira a população quilombola do Brasil está desenvolvendo e articulando práticas culturais e comunicacionais no contexto das agendas de justiça climática, racial e territorial.

As práticas culturais afirmam que, apesar de todas as violências contra os povos quilombolas, a festa, a alegria, a fartura, os festejos religiosos e os modos brincantes de ser e estar em comunidade são atividades fundamentais para a manutenção da relação com a tradição, com a ancestralidade e com a resistência.

No que se refere à comunicação, observamos que os sistemas de representação, classificação, valorização e de significação ainda não são capazes de evidenciar a pluralidade cultural presente no território brasileiro. Há, como aponta Lélia Gonzalez, muito trabalho a se fazer no campo da comunicação e os povos quilombolas têm realizado essa tarefa de variadas maneiras e com estratégias estabelecidas a partir de critérios próprios e dos recursos disponíveis em seus territórios.

No interior das comunidades, a principal estratégia segue sendo a **tradicional oralidade**. Nas rodas, contações de histórias, rádios, músicas, nas conversas despretensiosas ao fim do dia, nas rezas e magias.

Na comunicação com o público externo, as redes sociais digitais, os sites e blogs tornam-se ferramentas estratégicas. Nesse sentido, a conectividade com a internet foi uma das pautas mais recorrentes nos diálogos desta pesquisa, seja pelas dificuldades de acesso, pela possibilidade de comunicar ou pelos danos ambientais. A internet é um tema que permeia as nuances das práticas culturais e comunicacionais dos povos quilombolas.

No que se refere à justiça climática, a relação de cuidado, respeito e afeto com a Natureza é inerente aos povos quilombolas. Percebe-se, portanto, que as comunidades são efetivamente guardiões da floresta, e isto se evidencia a partir de suas formas próprias de organização social, ocupação e utilização dos territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.

A titulação dos territórios é uma luta central dos povos quilombolas, pois significa a garantia de direitos fundamentais que são prerrogativas reconhecidas pelo Estado, como o direito à vida, à liberdade e à igualdade. A ausência de titulação também representa a ausência de políticas públicas essenciais que garantem o acesso a direitos básicos como a educação, segurança, saúde, transporte, meio ambiente, desenvolvimento social, habitação, cultura, saneamento básico, entre outros. O desrespeito a essas garantias têm gerado desafios ambientais e aprofundado as pautas político-sociais e culturais apresentadas neste relatório.

Quanto aos aspectos organizacionais, as comunidades quilombolas seguem o princípio da coletividade e estão presentes em redes, associações e articulações com outros territórios quilombolas. No que se refere aos modos de sustentabilidade financeira por meio de editais e outros tipos de processos seletivos, a maioria dos respondentes indica dificuldades com a burocracia, a linguagem e as exigências técnicas, fatores que evidenciam disparidades no acesso a recursos financeiros. Assim, financiadores e parceiros são apontados como agentes de requerida importância e relevância para a mudança desse cenário, sobretudo com a promoção da descentralização do poder e do aumento dos recursos destinados às organizações sociais quilombolas.

Portanto, compreendemos que as práticas culturais e comunicacionais são essenciais como caminhos para a reivindicação de direitos e fortalecimento interno. As comunidades quilombolas e seus parceiros constituem redes que mobilizam e sensibilizam a sociedade, desenvolvendo ações e processos comunicacionais inovadores, ao mesmo tempo que remetem a uma trajetória diaspórica de luta e resistência.

A ancestralidade está presente em todas relações dos povos quilombolas, e talvez se materialize principalmente no cuidado e respeito com as crianças e com as pessoas idosas, no encontro do início com outro início, como afirma o Mestre Nego Bispo “nós somos começo, meio e começo”. Do mais velho ao mais novo, do gesto à palavra, o quilombo é o chão onde se cultiva a vida que há de construir o futuro. É no diálogo entre a geração neta e a geração iaiá e ioiô, como nos ensina o próprio Bispo, que o tempo se dobra e a história continua. Porque o conhecimento não termina, ele volta, gira e floresce outra vez na terra.



Sugestões e recomendações

A partir do que foi construído e refletido ao longo deste relatório, apresentamos nesta seção algumas sugestões e recomendações que perpassam o diálogo e a construção entre as próprias comunidades quilombolas, para as comunidades quilombolas, para apoiadores não quilombolas, para veículos e profissionais de comunicação tradicionais e independentes e para o ecossistema de filantropia. Portanto, recomendamos:

- O pleno reconhecimento que as comunidades quilombolas são guardiãs do meio ambiente e que suas práticas cotidianas, comunicacionais e culturais se relacionam intrinsecamente com a natureza;
- O fomento comunicacional de apoio à pauta da titulação de territórios quilombolas;
- A valorização dos saberes dos territórios como saberes legítimos;
- O pleno reconhecimento da autonomia e independência do povo quilombola;
- A ampliação da visibilidade dos desafios ambientais enfrentados pelas comunidades quilombolas;
- A promoção da igualdade de gênero nas oportunidades de formação e no acesso a recursos financeiros;
- O investimento em atividades formativas sobre comunicação popular, comunicação digital e comunicação estratégica nas comunidades quilombolas;
- O fortalecimento de redes e coletivos de comunicação e cultura quilombolas, incluindo o apoio ao desenvolvimento institucional;
- O investimento na aquisição de ferramentas e softwares de comunicação nas comunidades quilombolas;
- O apoio financeiro e crítico na luta pelo direito à conectividade significativa com a internet;

- O apoio financeiro e crítico na luta contra a exploração do meio ambiente por grandes corporações de tecnologia;
- O investimento no desenvolvimento de redes comunitárias para acesso à internet;
- A promoção de softwares livres e ferramentas não comerciais para publicação de conteúdos e registro de memórias e tradições;
- O investimento em atividades formativas sobre povos quilombolas e seus territórios, direcionadas a veículos e profissionais da imprensa tradicional e independente;
- O investimento nas mídias independentes quilombolas;
- A simplificação dos processos seletivos de editais de comunicação e cultura;
- O suporte ao acesso a recursos financeiros para práticas comunicacionais e culturais quilombolas;
- A promoção de formação técnica sobre captação de recursos voltada às comunidades quilombolas;
- O apoio ao desenvolvimento e à inclusão de jovens quilombolas na comunicação e na cultura;
- O desenvolvimento e promoção de materiais educativos sobre os povos quilombolas e seus territórios;
- O fomento à educação ambiental a partir dos saberes quilombolas;
- O investimento no acesso e permanência estudantil de jovens quilombolas em universidades.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Luis Gustavo de Souza; BARROS, Thiane de Nazaré Monteiro Neves; SILVA, Geisa Santos da. Infraestruturas de conexão e os ciberativismos de mulheres negras na Amazônia. In: BARBOSA, Bia, TRESCA, Laura Conde, LAUSCHNER, Tanara. **TIC, Governança da Internet, Gênero, Raça e Diversidade-Tendências e Desafios**. São Paulo. CCGI BR, 2023.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo:** branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002.

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **Política ambiental:** comunidades quilombolas do Brasil; Brasília: Associação Nacional de Quilombos para Cooperação Negra Anastácia, 2025.

Fundo Agbara. **Diagnóstico acerca de Filantropia e Raça no Brasil:** do centro das lutas às margens dos recursos. São Paulo: Núcleo de Pesquisa e Memória da Mulher Negra, 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Flávia Rios e Márcia Lima (orgs). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.

LOPES, Mariana. Crise ambiental: a Inteligência Artificial Generativa irá nos salvar?. In: SILVA, Tarcízio (org). **Inteligência Artificial Generativa:** Discriminação e Impactos Sociais. 2ª ed. São Paulo: LiteraRua, 2025.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** 2ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo:** documentos de uma militância Pan-africanista. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva; Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual:** Possibilidade nos dias da destruição. Filhos da África, 2018.

NUNES, Juliana Cézar. **Comunicação quilombola:** Cenários de mobilização, visibilidade e empoderamento. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, 2013.

NUNES, Juliana Cézar. **Comunicação quilombola:** Em busca do tipo ideal a partir da práxis de comunicadores e comunicadoras quilombolas. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos:** modos e significados. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa - INCTI, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora / Piseagrama, 2023.





instituto
SUMAÚMA

sumau.ma.org